



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA
COMUNICACIÓN
MESTRÍA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

**PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA PARA MELHOR CONVIVÊNCIA
ESCOLAR NO COLÉGIO FRANCISCO DA MATTA LIMA (GOIÁS, BR)**

Maria Lívia da Costa Araújo Caparrosa

Asunción, Paraguay.

2022

Maria Lívia da Costa Araújo Caparrosa

**PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA PARA MELHOR CONVIVÊNCIA
ESCOLAR NO COLÉGIO FRANCISCO DA MATTA LIMA (Goiás, Br)**

Tese apresentada à UAA como requisito para obtenção de título de Mestre
em Ciências da Educação

Tutor: Dr. Tomás Jesús Campoy Aranda

Asunción, Paraguay.

2022

Maria Lívia da Costa Araujo Caparrosa

Participação da família para melhor convivência escolar no Colégio Francisco da Matta Lima em Sítio D'Abadia, GO, Brasil

Asunción, Paraguay: Universidad Autónoma de Asunción, 2018

Tesis de Maestría en Ciencias de La Educación (123 páginas)

Lista de Referências: p.

1. Família 2. Convivência 3. Escola 4. Aprendizagem

Maria Lívia da Costa Araújo Caparrosa

**PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA PARA MELHOR CONVIVÊNCIA
ESCOLAR NO COLÉGIO FRANCISCO DA MATTA LIMA (Goiás, Br)**

Esta tese foi avaliada e aprovada em ___/___/___ para obtenção do título de
Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción - UAA.

Asunción, Paraguay.

Dedicatória

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, serei eternamente grata, pois esta oportunidade não só me oportunizou mais conhecimentos sistematizados, e também a valorizar mais a vida e as pessoas ao meu redor. Ao meu pai Pedro, minha mãe Nativa e as minhas irmãs, minha sogra”, meus agradecimentos.

“Ao meu esposo Waldevandro Caparrosa Barros, meus filhos amados Pedro e Lucas e a todos os meus familiares, colegas de trabalho do Colégio Estadual Francisco da Matta Lima que com muito carinho e apoio, cada um contribuiu para a concretização deste trabalho, não medindo esforços para me ajudarem a chegar a mais esta etapa de minha vida.”

Ao Curso de Ciências da Educação, e às pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão com amigos nesses espaços foi mais uma experiência incrível que passei.

Agradecimentos

Esta investigação não seria possível sem a colaboração de várias pessoas que são elementos fundamentais para o desenvolvimento de todo o processo até a culminância deste.

Em primeiro lugar não posso deixar de agradecer a Deus, condutor de todos os meus atos e norteador do meu trabalho de conclusão de curso.

Foram muitos enfrentamentos para a realização deste estudo e, sua conclusão só foi possível porque não estive sozinha. Assim, expresso minha imensa gratidão às pessoas especiais que estiveram comigo nessa caminhada:

Ao meu esposo Waldevandro Caparrosa Barros, e meus filhos que compreenderam os longos períodos de ausências necessárias, pelo carinho e apoio em todos os momentos, não medindo esforços em estar ao meu lado incentivando-me nos momentos de desânimo fazendo com que eu concluísse mais essa etapa na minha vida. Aos meus pais e familiares, pelo apoio incondicional, por acreditar em mim, pelas orações para que eu me mantivesse firme nesse propósito. Aos meus amigos e colegas de trabalho onde realizei a minha pesquisa de campo.

A esta Universidade Autônoma de Assunção, aos Docentes e Direção que viabilizaram a realização de um sonho. E ao meu estimado Professor e Orientador Tomás J. Campoy Aranda pela orientação, paciência e compreensão.

INDICE

AGRADECIMENTOS.....	vi
RESUMO	x
RESUMEN	xi
INTRODUÇÃO.....	1
FUNDAMENTACIÓN TEÓRICA.....	13
CAPÍTULO I: FAMÍLIA ESCOLA.....	13
1. INTRODUÇÃO.....	13
1.2. FAMÍLIA NA ESCOLA: UM OBJETIVO EM COMUM	16
1.3. PLANEJAMENTO ESCOLAR.....	237
1.4. MUNDO TECNOLÓGICO	240
1.5. REFORMADORES EDUCACIONAIS.....	261
1.6. CONTRIBUIÇÕES DA PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA PARA A APRENDIZA- GEM.....	23
1.7. A FAMÍLIA E ESCOLA COMO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	34
1.8. DIFICULDADES E LIMITAÇÕES NA RELAÇÃO FAMÍLIA NA ESCOLA	30
 CAPÍTULO 2: ÂMBITO FAMILIAR	 394
2.1. FAMÍLIA	394
2.2. FAMÍLIA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA.....	449
2.3. BENEFÍCIOS DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA ESCOLA	482
2.4. PARCERIA NECESSÁRIA.....	504
2.5.FORTALEZAS E DEBILIDADES DA CONVIVÊNCIA FAMÍLIA E ESCOLA	515
 SEGUNDA PARTE.....	 58

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	582
3.1. OBJETIVOS DA PESQUISA	582
3.1.1. OBJETIVO GERAL	582
3.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	582
3.1.3. VARIÁVEIS	583
3.1.4. CRONOGRAMA	594
3.1.5. CONTEXTO ESCOLAR.....	604
4: POPULAÇÃO E AMOSTRA	61
4.1 DESENHO DA PESQUISA.....	62
4.1.2. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	63
4.1.3. VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	65
4.2. ANÁLISIS REULTADOS	
CONCLUSÕES.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
DISCUÇÕES DOS RESULTADOS FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	90
APÊNDICES.....	10

Resumo

O objetivo desta pesquisa é conhecer as relações de convivência entre pais e a escola das crianças. Assim, por um lado, analisa a relação familiar e escolar e, por outro lado, as relações familiares. A metodologia utilizada é quantitativa, método descritivo. A população é constituída por 67 pais pertencentes ao Sítio D'Abadia, Goiás. A técnica de coleta de dados é o questionário do tipo escala somativa Liker. As variáveis de estudo foram o gênero e o nível de estudos dos pais. A análise dos dados foi realizada utilizando o pacote estatístico SPSS v.23. Este trabalho possibilitou um novo olhar sobre a relação entre família e a escola e contribuirá para um estudo sobre a qualidade do ensino na escola onde fez uma fila de dados. Em seus resultados, ressalta-se que os pais têm uma boa opinião sobre o colégio de seus filhos, alegam ter maior conhecimento das regras que se aplicam na escola, rejeitam o castigo físico e propõem o diálogo como forma de resolver conflitos. Da mesma forma, os pais pensam que deveriam ter mais diálogos com os filhos e que deveriam ajudar mais nas tarefas escolares.

Palavras-chave: Escola. Família. Convivência. Aprendizagem.

Resumen

El objetivo de esta investigación es conocer las relaciones de convivencia entre padres y la escuela. Así, por un lado, analiza la relación familiar y escuela y, por otro lado, las relaciones familiares. La metodología utilizada es cuantitativa, método descriptivo. La población está constituida por 67 padres pertenecientes al Sítio D'Abadía, Goiás. La técnica de recolección de datos es el cuestionario del tipo escala somativa Likert. Las variables de estudio fueron el género y el nivel de estudios de los padres. El análisis de los datos se realizó utilizando el paquete estadístico SPSS v.23. Este trabajo posibilitó una nueva mirada sobre la relación familia y escuela. En los resultados obtenidos, se resalta que los padres tienen una buena opinión sobre el colegio de sus hijos, alegan tener mayor conocimiento de las reglas que se aplican en la escuela, rechazan el castigo físico y proponen el diálogo como forma de resolver conflictos. De la misma forma, los padres piensan que debería haber más diálogo con los hijos y que deberían ayudarles en las tareas escolares.

Palabras clave: escuela, familia, convivência, aprendizaje

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu com o intuito de analisar as influências que a relação família e escola exercem no processo evolutivo do ensino e aprendizagem da criança, cujo tema relação família escola e as contribuições que essa relação oferece ao ensino aprendizagem do aluno.

Busca-se com esse tema entender até onde o envolvimento da família influenciará positivamente no rendimento escolar do discente. E os atores escolares, como irá compreender essa relação. Também é de interesse da pesquisa analisar as políticas educacionais, as mídias, o papel da escola no sentido de contribuição no processo educacional.

Nesse sentido se busca saber sobre a importância escolar que os pais atribuem na vida do filho, em relação ao ensino sistematizado e em que momentos e maneiras frequentam o ambiente escolar do filho contribuindo para um bom convívio escolar. É importante também saber o gênero nível de participação destes responsáveis e o nível de escolaridade das famílias relacionando o histórico de suas vidas com o desenvolvimento escolar dos filhos, tentando compreender quais as soluções e barreiras para o desenvolvimento educacional.

De forma específica é interessante analisar a posição e os métodos utilizadas pelos pais, com foco no desenvolvimento do discente, procurando entender até onde eles percebem ser válida essa aproximação com o ambiente escolar, também procurando entender como, porque e o que eles fazem para se aproximar da escola e a escola deles, e ainda analisando a visão dos pais quanto à escola de seu filho.

A Constituição Federal do Brasil confirma essa mudança de concepção em relação ao tratamento que se deve atribuir a essa relação Família/Estado/Escola. Confira o que diz o artigo 227 de nossa Carta Magna (Brasil, 2010, p. 62):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Como podemos observar, vem crescendo o papel da família na sociedade. E, neste sentido, vem também crescendo a responsabilização do Poder Familiar como coparticipante dos processos decisórios dentro das unidades de ensino. A relação entre família e comunidade é, hoje, instrumento fundamental para uma nova consciência de cidadania que consolide os princípios basilares do Estado Democrático de Direito inscrito em nossa Constituição, e que contribua para a formação da personalidade de crianças e adolescentes para serem cidadãos participativos na vida do nosso país.

Por isso, a temática abordada neste projeto de pesquisa se propõe a conhecer a relação entre família e escola e o Colégio onde possibilitou-se realizar esta pesquisa, tendo como foco delimitador de nosso estudo a compreensão dos tipos de responsabilidade e de participação dos pais no desenvolvimento escolar de seus filhos matriculados nesta instituição.

A escola onde será desenvolvida a presente pesquisa está situada em Sítio da Abadia, Estado de Goiás, no Nordeste Goiano (Bacia do rio Paranã). Esse município foi instalado em 1850, tem 2.821 habitantes e um território de 1.598 Km², com uma densidade demográfica de 1,77 hab. por Km². O Índice de Desenvolvimento Humano corresponde a 0,617 enquanto o Índice de Gini equivale 0,560 (www.portalodm.com.br).

Na pesquisa de campo é observado o modelo de família dos alunos da escola campo, procurando fazer uma análise da participação dos responsáveis em gênero, seus níveis de escola-

ridade e seus impactos diante o desenvolvimento escolar de seus filhos. A que se deve atribuir o rendimento escolar e o fracasso escolar, há interferência em relação à participação da família?

Também faz parte da pesquisa analisar a estrutura física do ambiente escolar e a administração desse ambiente como o grupo gestor e pedagógico, e a construção do Projeto Político Pedagógico está realmente voltada para planejar a construção que a comunidade escolar deseja para esse ambiente e seus alunos? Ou será um mero documento para cumprir com as exigências burocráticas da escola?

Com o intuito de encontrar respostas a essas questões, foi feito uma pesquisa de campo em um Colégio Estadual em Sítio D'Abadia, Goiás.

A relação família-escola é, hoje, tema em destaque quando se trata de discutir o rendimento escolar dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. Frequentemente, ouve-se dos professores que o apoio da família é essencial para o rendimento escolar do corpo discente. Assim como Bronfenbrenner apud Keila (2012) acredita que o desenvolvimento do aluno consiste em um processo de interação bidirecional estabelecido entre as características da pessoa e seu contexto, porém Ribeiro e Andrada alerta que as famílias são prioritariamente culpabilizadas pelo fracasso escolar dos filhos.

Segundo Freitas (2012) essa relação, família-escola é, tema em foco ao se tratar de desenvolvimento sistematizado, através dessa relação no ambiente escolar no processo de ensino-aprendizagem. E professores relatam constantemente sobre a importância dessa parceria com a família no desenvolvimento escolar do discente. Portanto é essencial rever essa situação, pois os reformadores inventados em sala de aula não se relacionam de perto com as vantagens

imediatas ou a longo prazo e fazem com que seja fácil, para o professor, perder de vista o significado do que está ensinando.

Os profissionais da escola acreditam, muitas vezes, que os alunos vão mal porque suas famílias estão desordenadas ou porque não se interessam pela vida escolar da criança. Segundo Ribeiro e Andrada apud Perez observam que as atitudes dos pais são contrárias ao esperado pelas escolas: os pais não valorizam as atitudes dos filhos, não fazem o seu acompanhamento escolar, não se interessam. E a escola vê essa atitude como um ato justificável ao fracasso escolar do aluno. Nesse sentido Silveira e Wagner pressupõem como um objetivo da escola também é educar as famílias, fornecendo-as informações de como orientar as crianças.

Segundo León (2008), existem muitas formas e ações que podem desenvolver o nível de incentivo aos pais dentro da escola, assim como espaços reservados para reflexões, ações docente e direção; Aproximação nos espaços habituais; envolvimento dos pais dentro da sala de aula; Espaço de informações e formação para os pais; oferecer cursos/palestras que sejam da área de interesse dos pais.

Nesse sentido, Alves (2008) vem contribuir com o tema relação família e escola ao expor sobre a importância da divisão de tarefas nessa relação onde, se cada um conscientizar-se e assumir o seu papel com o mesmo objetivo, acredita-se que o trabalho tornará mais fácil e eficaz.

É indiscutível a importância da estrutura familiar no desenvolvimento social da criança, pois Oliveira e Marinho-Araújo considera a família a primeira agência educacional do ser humano e é responsável, principalmente pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo.

Fazendo-se necessário Freitas (2012) ainda acrescenta que o mundo educacional vem sofrendo constantes mudanças e de maneira global, as políticas educacionais vem tentando acompanhar essa evolução que vem ocorrendo desde os anos 80, e junto a essas mudanças as políticas educacionais com seus programas tentam acompanhar, diante de erros e acertos, porém sempre instigando a competitividade entre os países, cidades, escolas, etc., chegando a utilizar o programa da pedagogia tecnicista que se estrutura em meio a responsabilização, meritocracia e privatização, mesmo diante da desvalorização do profissional docente e do comprometimento do currículo.

Já que Cury (2010) deixa claro sobre o direito ao conhecimento sistematizado assistido a todos, por lei, mostrando a oportunidade de direitos iguais entre os cidadãos. Direito esse que não poderia ser distribuído de forma diferente entre os iguais.

E lembrando a dificuldade enfrentada pelas famílias, Ferreira (2016) expõe a correria e excesso de trabalho, hoje, exigida pela sociedade e a consequência da fragilidade afetada na educação dos filhos, mesmo tendo consciência de que a sociedade exige escolaridade para se ter ascensão social.

Veiga (2001) vem enfatizar que o Projeto Político Pedagógico deve ser construído com a comunidade escolar e conter o que realmente se tem a intenção de realizar no ambiente escolar.

E acrescenta, Veiga (2001), para que essa concretização aconteça é necessário que, o Projeto Político Pedagógico, na escola, deve ser planejado com o que tem a intenção de realizar, devendo este nortear todo o processo educativo e não apenas satisfazer exigências meramente burocráticas. E está intimamente articulado aos compromissos sócio-políticos com os interes-

ses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

Fazendo uma análise da qualidade educacional, Dourado, Oliveira e João (2007) busca entender como ela acontece e ainda analisa se realmente é possível uma educação de qualidade para todos como pode acontecer, as influências das políticas educacionais, etc., e percebe que esta qualidade depende da relação e soma dos papéis da comunidade escolar, dos movimentos sociais, igreja, mídias, etc.

Libâneo (2012) atribui sobre a importância da experiência adquirida por cada um no contexto em que teve oportunidade de adquiri-lo, seja a educação na instituição social ou escola e nesta é o único lugar em que ela acontece e enfatiza que confia no homem que compõe a sociedade, porém ele precisa ser melhorado. Brandão concorda que não há um único modelo de educação e nem mesmo a escola é o único lugar em que ela acontece e enfatiza que confia no homem que compõe a sociedade, no entanto ele precisa ser melhorado.

Romanelli (2005) atribui o aprendizado das pessoas, a convivência e a trocas de experiências entre as mesmas em sociedade, onde elas são modeladas, estruturadas, conforme o convívio sociocultural, como elementos essenciais para que este processo aconteça.

Moraes (1997, p.57) relata que a aprendizagem acontece de diversas maneiras, porém para essa realização é preciso oportunidades e condições, mostrando caminhos, tomando decisões, seja ela individual ou coletiva, onde enfatiza que:

O papel da escola diante essa situação é rever e analisar o que realmente está dando certo, não se esquecendo de que a participação dos professores, familiares e pessoas próximas é essencial, pois a aprendizagem está a todo momento acontecendo e estimulando

uma soma de conhecimentos, facilitando assim as ações cotidianas e modificando constantemente o ser humano que vive em sociedade. Esta aprendizagem é construída de diversas maneiras, e para tanto a educação deverá oferecer instrumentos e condições que ajudem o aluno a aprender, aprender a pensar, a conviver e a pensar.

Osório (1996), diz que a família educa e a escola ensina, e Kaloustian (1988) coloca o papel da família como algo decisivo na vida da criança, pois esta oferece aportes afetivos e materiais necessários no desenvolvimento e bem estar inclusive valores culturais.

Ribeiro and Andrade apud Perez (2006), acredita que as crianças vão mal na escola pelas famílias serem desestruturadas e não ter interesse na vida escolar do filho e Ribeiro and Andrade não concorda ao dizer que eles se preocupam e valorizam os estudos dos filhos.

Hellen (2012) é defensora da corresponsabilidade entre ambos na educação dos filhos, a qual defende que cada um precisa desempenhar o seu papel para que uma educação de qualidade possa acontecer.

Oliveira e Marinho-Araújo (2007), atribui as dificuldades em relação à família e escola com falta de materiais, artigos científicos, o que se torna uma barreira enfrentada entre essas instituições, porém ao pesquisar no periódico capes encontra-se uma lista bastante favorável com artigos com esse tema.

Nesse sentido encontra-se uma temática de grande relevância para o desenvolvimento social e que é reconhecida a sua importância diante da sociedade, porém, ao mesmo tempo em que é aceita pelas famílias, ou seja, compreendem, concordam que esse relacionamento diferencia positivamente no desenvolvimento escolar, mas na prática não cooperam com tais práticas, negam informações mesmo sabendo que sua contribuição é para o crescimento social.

E a Constituição Federal deixa claro os direitos e deveres, que são quesitos amparado em lei e enfatiza que cabe a família e a escola o papel de trabalhar o educacional das crianças e jovens no contexto social.

A escola que, por sua vez, tinha o papel de ensinar o que o mundo do trabalho iria cobrar ao indivíduo no futuro, passa a absorver também a função de educar para a vida no que se referem aos aspectos sociais, morais, espirituais, entre outros. Segundo Dourado e Oliveira (2007), as consequências desse acúmulo de funções são sentidas hoje pela escola, pois ela passou a ser vista como uma instituição que ensina, que critica, passa sermões e faz cobranças de organização e socialização que deveriam ser trabalhados em casa; daí gera-se muitos conflitos.

Para sanar tais conflitos, segundo Carvalho (2004), é preciso criar uma parceria entre família e escola, para que haja uma distribuição mais justa de responsabilidades na educação da criança. Assim, cada um fazendo o seu papel, uma não sobrecarrega a outra. Mais do que uma descentralização das funções, essa parceria ajuda pais e escola a falarem a mesma linguagem, situando o indivíduo num mundo organizado em uma estrutura que compõe a sociedade da qual ele também faz parte. Essa parceria é acentuada, enfaticamente, no artigo 205 da Constituição do Brasil, conforme veremos (E. Constitucional. Art.205. 1994, p.56):

A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Conforme citação acima a família não pode se isentar de sua responsabilidade, ela, a família é considerada a primeira agência educacional do ser humano e é responsável principalmen-

te, pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo, a partir de sua localização na estrutura social (Oliveira and Marinho-Araújo, 2010). E a Constituição da República Federativa do Brasil de 88 art. 226, legitima essa família com a união estável entre o homem e a mulher. Onde a mesma em garantia de desenvolvimento às pessoas deixa definido:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (E.C.F.B., art.205, 2010). Nesse sentido, encontra-se diante de um contexto de plena garantia e direitos ao conhecimento da pessoa humana.

E com a chegada do mundo contemporâneo, modificações na estrutura familiar, novos conceitos de educação sistematizada também se formou nas pessoas diante a suas necessidades, com isso atribuições familiares, conhecida como educação primária, hoje, já faz parte das atribuições escolares, isso segundo um dos profissionais da escola pesquisada em conversa informal sobre o tema desse trabalho.

Em consequência a essa modernização veio junto a dificuldade enfrentada pelas famílias, Ferreira (2016) relata essa situação através da correria e excesso de trabalho, hoje exigida pela sociedade e a consequência da fragilidade afetada na educação dos filhos, mesmo tendo consciência de que a sociedade exige um certo nível de escolaridade para se ter ascensão social.

Segundo Cury (2010) há uma concretização do ato pedagógico, enquanto espaço da relação ensino e aprendizagem que ocorre no ambiente institucional da unidade escolar, a qual é responsável pela socialização do conhecimento, um bem que não poderia ter uma distribuição desigual entre os iguais.

Buscando entender o contexto de relação de desigualdade Ribeiro e Andrade (2006), lembra que pesquisas internacionais nos anos 50, atribuíram essa situação à origem social dos alunos, teoria do déficit cultural.

E em concordância com a compreensão das relações escola X Família Gomes (1994) vêm dizer que as famílias são culpadas pelo fracasso dos filhos, gerados pela pobreza, baixo grau de escolaridade dos pais e desestrutura familiar. Nesse aspecto, há casos que esse fator é real, pois, é a condição da família que prejudica a aprendizagem ou as relações entre família e a escola, mas há também situações em que essa condição é usada como pretexto para justificar a ausência ou apoio da família na aprendizagem do aluno.

Em conformidade a situação colocada cima na convivência diária, na relação família e escola, os pais apresentam comportamentos passivos e conformistas tendo dificuldades em se posicionarem criticamente (Ribeiro and Andrade, 2006). Dessa forma se percebe que nem sempre é viável procurar ou culpar alguém e sim buscar alternativas para se resolver esse problema, como por exemplo, mais visitas, reuniões informativa e de conscientização aos pais da comunidade escolar, voltadas para a importância das relações famílias escola para melhoria do processo ensino aprendizagem.

Uma prova do sucesso em relação à melhoria das condições de aprendizagem se dá quanto ao acompanhamento da família nas tarefas de casa, conforme as análises dos resultados do Saeb, 2001, que também apontam o hábito de fazer a lição de casa no rendimento do aluno, Carvalho (2004), além de ser considerado pela autora um instrumento de relação entre família/escola, pois (Ribeiro and Andrade, 2006, p. 219):

[...] sem dúvida, a obtenção das avaliações dos pais ou responsáveis sobre as ações da escola estabelecendo, com isso uma alça de realimentação para o processo em implementação, e ainda propiciando a eles um espaço para o exercício de suas ações controladoras e fiscalizadoras da instituição escolar.

Conforme podemos perceber é de fundamental importância à boa relação entre a escola e a família para que haja sucesso na aprendizagem e posterior aproveitamento/qualidade na educação.

Justificativa

O envolvimento e Participação familiar, com o intuito de melhorar convivência família-escola é hoje, interesse de estudo na comunidade em que atuo e este tema vem se destacando principalmente quando se trata de vislumbrar o desenvolvimento escolar dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. A expressão “convivência família-escola” designa neste texto, todo tipo de ligação e de interações entre atores familiares e escolares, admitindo “um continuum que vai desde a cooperação ao conflito”(Ferreira, 2016, p.101). A escola e a família exercem funções importantíssimas na vida da criança e o saber conviver que é um dos quatro pilares da educação vem dar um respaldo estrutural na vida, com progresso, do indivíduo e isto é que solidifica este trabalho.

O que justifica o presente trabalho é a preocupação com o relacionamento entre escola e a família e que interferências essa relação pode trazer para o rendimento escolar, o que pode ainda prejudicar o desempenho dos alunos na escola onde foi realizada a pesquisa; o nosso interesse em contribuir por meio desse projeto com o aumento do grau de participação da família, inclusive quanto ao acompanhamento na rotina escolar de seus filhos; o não atendimen-

to aos pedidos e expectativas da escola são algumas das questões ou razões que me motivou a promover a realização de pesquisa visando encontrar respostas para compreender melhor as relações entre escola e família, e, se possível, encontrar soluções para reduzir os problemas detectados na escola pesquisada em Sítio da Abadia.

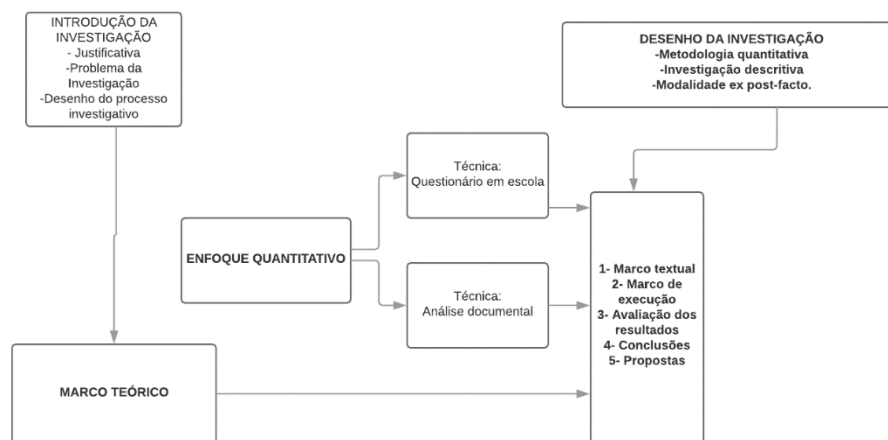
Problema da Pesquisa

Em todas as pesquisas da investigação, se pode manifestar a necessidade de dizer um forte relação entre família e escola. Em clima de convivência como: Rendimento acadêmico do aluno, como em valores e atitudes educativas como, entre outras, guarda perfeita vinculação da participação da família na vida escolar, analisar a participação dos pais com a finalidade de outro estudo. Em consequência, planteamos o seguinte problema de investigação: Como influencia a participação da família na convivência escolar no Colégio Estadual Francisco da Matta Lima?

Desenho Geral da Investigação

A continuação, se recorre a desenho geral da investigação.

DESENHO GERAL DO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO



FUNDAMENTACIÓN TEÓRICA

CAPÍTULO I: FAMÍLIA ESCOLA

1. INTRODUÇÃO

Apresenta discussão e dados sobre a temática influência da participação da família na convivência escolar, analisando as interferências dessa relação para o rendimento escolar, bem como da importância dessa relação entre estes dois elos sociais.

O termo participação ganhou força no século XX, mais precisamente a partir de 60, com uma onda de democratização e reivindicações quanto a participação popular em questões políticas e de um modo geral pode-se entender como qualquer ação humana que se lança na direção de um contexto mais amplo, com motivações variadas em lugares e circunstâncias diversas. (Heidrick, 2009). A escolha desse tema se deu em razão de não se saber até que ponto é importante a participação dos pais para uma boa convivência e as possíveis causas/consequências da inter-relação entre a família e escola, sua importância e valor. Portanto, o objetivo maior deste trabalho é compreender a percepção dos pais como são construídas as relações entre Família e Escola, destacando-se a convivência e a Participação dos Responsáveis como instrumentos mediadores e facilitadores do desenvolvimento Escolar, refletindo sobre a importância e interferência entre ambos. Para isso, foram formulados os seguintes objetivos específicos: Detectar apoio dos pais para com os filhos; Examinar a percepção dos pais quanto a eficácia da escola; Averiguar a percepção dos professores quanto à função e responsabilidades dos pais; Estabelecer as fortalezas e debilidades da convivência família e escola; e se essa relação facilita ou dificulta o desempenho dos estudantes ou se aumenta ou diminui o grau de responsabilidade e participação da família no rendimento escolar de seus filhos; fazer uma análise comparativa sobre a relação entre os dispositivos legais que tratam da gestão democrática e as práticas estimuladoras de participação no exercício da Cidadania na Escola; despertar na comunidade escolar o interesse em participar da vida escolar dos fi-

lhos e ainda aumentar o rendimento escolar. A metodologia empregada é a quantitativa e os procedimentos metodológicos consistiram no estudo bibliográfico e no emprego de questionários, os quais foram respondidos por pais/responsáveis dos alunos. Este trabalho permitirá um novo olhar sobre a relação ente à família e a escola e contribuirá para a melhoria da qualidade do ensino na escola onde se fez a coleta de dados. Em seus resultados, esta pesquisa mostra a importância e a necessidade dessa relação para a educação e a comprovação do valor da participação da família no estudo dos filhos. Foi realizada tendo base uma unidade escolar estadual localizada em Sítio D'Abadia, Goiás.

1.1 O PAPEL DA ESCOLA E SUA FUNÇÃO SOCIAL

A educação, de forma global vem passando por várias mudanças ao longo do tempo, mudanças que trouxe muitos impactos nas práticas educacionais. Hoje, segundo o MEC (2009), com suas exigências e leis, tem-se como meta que a criança aos oito anos de idade esteja alfabetizada. A partir dos quatro anos de idade a educação deixa de ser facultativa e passa a ser obrigatória a frequência escolar da criança, estando, os responsáveis, sujeitos a penalidades com o não cumprimento da lei, pois todos têm direito a aprender.

“A educação deve visar o pleno desenvolvimento da personalidade humana e capacitar todos a participar efetivamente de uma sociedade livre” (Heidrich, 2009, p.14). E ainda esclarece sobre a necessidade da educação na vida das pessoas e o direito de desenvolvimento independente da raça, cultura ou condições econômicas e direitas asseguradas por lei.

A cultura que envolve as pessoas é complexa, porém tem-se uma educação padronizada e abrangente a várias áreas, como diz Libâneo (2002, p.70) para uns importa mais a educação como instituição social, para outros, a educação como processo de escolarização. Portanto é interessante refletir que cada um vive um contexto social diferente e o conceito de educação é visado por cada um conforme a experiência e oportunidade adquirida e podemos encontrar uma resposta ao analisar a origem latina da palavra “educare” que tem dois sentidos segundo

Libâneo, onde um diz significar alimentar, educar, criar, referindo tanto às plantas quanto aos animais, e a outra significa tirar para fora de, conduzir para, modificar um estado.

A educação acontece a todo o momento e em todos os lugares, Brandão concorda com essa fala quando expressa que educação são todos os processos sociais da aprendizagem, não há uma forma nem um único modelo de educação, a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja a melhor.

Ainda Paro (1992), contribui com a formação do conhecimento em sociedade dizendo que “a educação participa do processo de criações e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que em conjunto constroem tipos de sociedade diversificada”, e o educador tem confiança no homem que compõem a sociedade, porém este precisa ser melhorado, trabalhado a cada dia adquirindo atos que construirá para uma sociedade cada vez melhor.

E na medida em que comunica os resultados de sua experiência ajuda os outros a se educar, tornando-se solidário (Romanelli 2005, p.23). Portanto a educação é norteadora e modeladora das pessoas que vivem em sociedade.

Através, dos professores, familiares e pessoas próximas, a aprendizagem está a todo o momento acontecendo e estimulando uma soma de conhecimentos, facilitando assim as ações cotidianas e modificando constantemente o ser humano que vive em sociedade. Esta aprendizagem é construída de diversas maneiras (Moraes, 2010, p. 211):

Para tanto a educação deverá oferecer instrumentos e condições que ajudem o aluno a aprender a aprender, a aprender a pensar, a conviver e a amar. Uma educação que ajuda a

formular hipóteses, construir caminhos, tomar decisões, tanto no plano individual, quanto no plano coletivo.

Segundo Moraes (2010) transparece a ideia de responsabilidade que é atribuição da educação sistematizada, onde trabalha no aluno a organização das ideias, reflexão, instigação, levando-o a ser independente capaz de sobressair em qualquer situação encontrada.

E nesse sentido o ensino sistematizado tem todo o suporte através de seus atores escolares para concretizar essa necessidade e Gimenes (2017, p.25) vem dizer que:

Como o processo pedagógico sistemático possibilita o desenvolvimento das competências da prática profissional. Integra o conhecimento conceitual, procedimental e atitudinal básico que favorece o desenvolvimento de competências profissionais, a construção de aprendizagens relevantes aplicáveis a grupos de alunos em contextos específicos, a participação em ações pedagógicas e institucionais, o desenvolvimento do julgamento crítico e a construção de hábitos Valores que permitem que os professores atuem como indivíduos e como profissionais na educação.

Como já citado a sociedade generaliza o termo educação e quer transferir toda essa responsabilidade ao educador, omitindo-se de que existe uma educação que só cabe a família, a escola, a sociedade, No entanto se cada um cumprir o seu papel de educador, realmente, pode-se ocorrer uma transformação ideológica, fantástica nessa realidade e é evidente que a escola é a peça crucial para a concretização desse “sonho”.

1.2. FAMÍLIA NA ESCOLA: UM OBJETIVO EM COMUM

Conviver em sociedade é conviver em família. O homem é um ser essencialmente gregário. E a escola é um dos espaços de socialização dessa conduta instintivamente gregária. Se a família é o núcleo central sobre o qual se assentam as bases de construção da Civilização, a

escola é um dos mais importantes elementos culturais de mediação entre a vida e o mundo, entre o indivíduo e o Estado, entre a realidade e as formas de representação dela (Queiroz e Gonçalves, 2010).

A convivência entre escola e família; onde destaca-se alguns aspectos importantes referentes ao papel e responsabilidades de ambas instituições e que as mesmas objetivam algo em comum: Aprendizagem da criança.

A família e a escola são agentes centrais encarregados pela formação da criança e jovem. Uma vez que nos primeiros anos de vida este trabalho é assumido primordialmente pelos pais. Com o passar dos anos esta criança é inserida na instituição escolar onde continuará recebendo conhecimentos que vem a somar, agregando-os para a sua formação, entretanto, agora com uma coletividade maior e mais complexa que é a escola, alcançando novos conhecimentos e desenvolvendo suas habilidades. Etapas da vida onde ambas instituições são responsáveis pela sua formação (Repetto, AÑO).

A sociedade vem passando por profundas transformações nas últimas décadas, e esta tem afetado de forma significativa a estrutura e equilíbrio das famílias. A instituição escolar, ainda que de forma lenta, também vem sentindo esses impactos e vem procurando adaptar-se a essas novas realidades, porém o que vem fazendo toda a diferença e que dificulta todo o desenvolvimento é a convivência de forma desordenada entre ambas instituições, impedindo que o objetivo comum das mesmas, aprendizagem da criança, seja dificultado na efetivação de sua concretização.

Costuma-se dizer que a família educa e a escola ensina, ou seja, à família cabe oferecer à criança e ao adolescente a pauta ética para a vida em sociedade e à escola instruí-lo, para que possam fazer frente às exigências competitivas do mundo na luta pela sobrevivência (Osório, 1996).

A escola como detentora do conhecimento científico deve fornecer e promover nessa relação, todo o seu cabedal de conhecimento de forma que esse esforço leve em consideração os

aspectos particulares da situação social e cultural hora vigente e que influenciam de forma decisiva o equilíbrio familiar.

No que lhes diz respeito, as famílias, responsáveis pelo desenvolvimento social e psicológico de seus filhos, devem buscar a interação com a escola, promovendo reflexões, sugerindo e interagindo de forma a fornecer elementos norteadores, viáveis à construção de indicadores e efetividade à uma boa convivência, ou seja, à iniciativas que vão ao encontro das necessidades dos educando.

Em consonância a este posicionamento que é de suma importância e é de concordância unânime dentre os pesquisadores Garreta (2016) vem reforçar dizendo que as relações entre a escola e a família é considerada com um valor imensurável na educação da criança uma vez que esta é a primeira instituição educativa em que a criança convive e esta tem como o dever tomar decisões que afetam a sua educação além da responsabilidade de demonstrar interesse pelo bom andamento deste na escola, participando de reuniões, em tomadas de decisões, pronunciando-se e cooperando com a escola.

Além de que há estudos que comprovam que a participação dos pais tem efeitos positivos sobre os resultados escolares e comportamentais dos menores. E também temos estudos que afirmam que atitudes positivas, respeito à participação dos responsáveis agregam benefícios já que estes se aproximam mais da escola possibilitando um maior conhecimento das famílias suas expectativas e atitudes facilitando o trabalho do docente e a satisfação dos pais.

Uma proximidade estreita e continuada entre os professores e os pais que os levam a muito mais que a uma informação partilhada: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao oferecer, reciprocamente aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades (Piaget, 1972 Apud Jardim, 2006).

E para isso León (2008), propõe ainda encontros entre os pais, gestores, professores e supervisores escolares para troca de experiências reflexões, definições de metas e estratégias

comuns e exequíveis. A escola deve organizar encontros para discutir os novos planos e programas, oferecer aos pais cursos, atividades de seus interesses de acordo com suas disponibilidades.

Em harmonia, entende-se que a convivência familiar e comunitária é um direito fundamental da criança e do adolescente garantida pela Constituição Federal (no artigo 227), e no artigo 19 do ECA. Sendo de corresponsabilidade do Estado e da Família, porém, ficando claro que a criança deve ser criada e educada por sua família e na falta desta por família substituta.

Já que é na família que a criança encontra o seu aprendizado fundamental e essencial para a sua vida toda, que é o respeito, o companheirismo, disciplina, tolerância, amor, e outros valores que contribuirão para o seu desenvolvimento e crescimento intrapessoal e interpessoal necessário para a sua convivência em sociedade.

E a educação é “uma das atividades básicas de toda a sociedade uma vez que a transferência de conhecimento mantém e desenvolve a sociedade.

No ano de 2000, a Comissão Européia, publica informações sobre a qualidade da educação escolar em que estabelecem vários indicadores que marcam a categoria do ensino. E um dos indicativos que mais influencia é a cooperação dos pais, entendendo que são agentes que podem realizar contribuições eficazes no rendimento escolar do aluno e na democratização das escolas (Colás 2013).

Para Freitas (2015) a convivência é algo inerentes à relação professor aluno e esta deve ser observado em exercício, prática planejada do docente e este conhecimento humanizado é essência da avaliação oportunizando melhora relevante no processo de construção da aprendizagem. Gordon (1997 apud Repetto, 2006) aponta algumas reflexões que são interessantes trazer para ver. Aos olhos dos pais, os professores se tornam “outros” pais “de seus filhos. Então os pais têm um interesse legítimo em relação que os professores fazem aos filhos. Aos olhos dos professores pais são os “outros professores” dos alunos. Então os professores têm um interesse

legítimo, pelo que os pais fazem aos alunos quando volte para casa da escola. Os pais sofrem se a relação professor-aluno é ruim; os professores sofrem se o relacionamento entre pai e filho é ruim. Ambos são partes de a relação que o menino tem com o outro adulto. Apesar disso os interesse mútuo, um pai e um professor raramente têm um relacionamento significativos e próximos uns dos outro” (Gordon ,1997, p.331).

Bolívar (2006) señala que cuando las escuelas trabajan conjuntamente con las familias los hijos incrementan el rendimiento academico e, además, el centro mejora su calidad educativa.

1.3. PLANEJAMENTO ESCOLAR

A concretização do trabalho pedagógico precisa ser um procedimento claro e com um direcionamento que todos tenham condições de percorrer e realizar. E para que isso seja real é imprescindível o planejamento do Projeto Político Pedagógico (PPP), o qual necessita da participação de toda a comunidade escolar para a sua construção, já que essa interação é essencial na sua realização, na instituição escolar.

A função do Projeto Político Pedagógico é nortear o processo educativo na instituição de ensino e para que este surta efeito é necessário a contextualização do mesmo (Veiga, 1995, p. 13):

O Projeto Político Pedagógico deve ser composto pelo que a comunidade escolar tem a intenção de realizar, no processo educativo e não apenas para satisfazer exigências meramente burocráticas, e este está intimamente articulado ao compromisso sócio-político com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

O PPP documento norteador dos passos pedagógicos, deve ser construído por toda a comunidade escolar, onde todos irão somar seus conhecimentos através de reflexões e construção de ações educacionais que agreguem à realidade e necessidade da escola.

O currículo não é imutável, tem-se um roteiro a ser seguido, e é essa realidade que pode-se perceber através de estudos e também relatos vivenciadas na escola campo, assim como é necessário a adaptação da realidade escolar ao currículo e ao PPP, pois este torna-se concreto, algo significável e aos atores escolares e ao aluno, instigador, prendendo a atenção do aluno, e aumentando a possibilidade de realização da aprendizagem, conseqüentemente aguçando um bom convívio entre a comunidade escolar e resultando em uma melhoria educacional. O planejamento da prática educacional deve estar em constante ação efetiva. E de acordo com Veiga(1995, p.14) , a possibilidade da construção do PPP passa pela autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, de diálogo, fundado na reflexão coletiva... “é preciso entender que o PPP da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica da sala de aula”.

Nesse sentido necessita da participação de toda a comunidade escolar envolvida, com comprometimento e engajamento, para que a mesma seja executada e alcance o objetivo planejado: aprendizagem com qualidade e equidade. Diante disto, o PPP que é uma ferramenta norteadora da unidade educacional, onde há uma estreita relação com toda a comunidade escolar as etapas e modalidades do ensino sistematizado.

Destacando a importância do Projeto Político Pedagógico para as escolas, Malavasi (2010) explica que esse instrumento registra o compromisso e o envolvimento de todos nas causas da instituição, pode ser revisto, discutido e encaminhado coletivamente sempre que o grupo assim o definir e tem força consultiva e deliberativa, representando o coletivo escolar e os acordos realizados em grandes momentos institucionais. Além disso, sinaliza aos que se inserem ao longo do processo, o percurso já feito e o que há por vir.

Uma vez que, é importante levar em consideração que este processo interno de análise coletiva, onde seus resultados, satisfatórios ou não, serão de acordo com que a execução

das tarefas que foram realizadas dentro do universo escolar e da realidade em que está inserida.

Azevedo (2005) enfatiza que a construção e condução coletiva do Projeto Político Pedagógico ainda está longe do que se espera, carecendo de incentivo e orientação política e acadêmica aos gestores escolares e, sobretudo, de participação mais efetiva da comunidade escolar. Souza (2005b) confirma relatando que muitos professores fazem a opção pelo planejamento isolado, o que acaba comprometendo, a possibilidade de um trabalho pedagógico mais enriquecedor, sem dúvida pelo não reconhecimento de sua natureza coletiva. Isso, com certeza, evidencia o formalismo e a burocratização no campo educacional que decorrem das marcas deixadas pelos modelos de organização do trabalho produtivo.

Dessa forma, simplificam os processos participativos, de trabalho coletivo e do compromisso com a transformação social, requeridos pela perspectiva da gestão democrática da educação, por conveniência ou por falta de esclarecimento dos seus gestores.

O planejamento da escola deve ser pautado diante de objetivos e ações executáveis e não diante de realização de regras exigidas ou ações receitas por outras realidades. A excelência da educação acontece pelo coletivo, nas ações pedagógicas, contempladas pela ética e constante vigília no decorrer da execução, o que não é mágico, porém, diante da teoria e prática, erros e acertos, a produtividade com eficácia vai acontecendo, lembrando que este é um investimento que culmina a longo prazo (Freitas et al., 2009, p. 41):

Os pactos de qualidade que firmam internamente devem produzir resultados que se tornem visíveis externamente e que permitam algum controle social. O “ensinamento” da equipe pedagógica em sua percepção particular do que seja qualidade pode obstruir a transformação qualitativa da escola no ritmo desejável às necessidades de uma determinada geração. Nesse sentido, a avaliação institucional, mesmo reconhecendo a titularidade dos atores das escolas, não desconsidera a riqueza do olhar externo que acrescenta ao processo de autoconhecimento institucional novos ingredientes e novos sabores. A avaliação deve estar a serviço de uma qualidade que aponte para um outro futuro mais fraterno, mas, exatamente por isso, esta avaliação deve cuidar do presente.

È necessário que o trabalho realizado nas instituições escolares sejam realmente de qualidade e acréscimo ainda mais, este também deve ser com equidade, uma vez que prepara-se o indivíduo para a construção da sociedade em que estamos inseridos.

E assim como (Silva, 2018), também confiamos em uma escola pública autônoma, descentralizada, inclusiva e de qualidade. Temos convicção que esta escola conseguirá imprimir um processo educativo mais humanizado, introduzindo um novo olhar à situação dos adolescentes excluídos e muitas vezes invisíveis socialmente, como a maioria daqueles que respondem pela prática de ato infracional (p.96).

1.4. MUNDO TECNOLÓGICO

Estamos no século XXI, e tudo o que nos rodeiam também pertence a esse século. As crianças tem contato com uma infinidade de estímulos sonoros e visuais “novas tecnologias”, então nada mais justo que a educação, professor, escola e família acompanhar essa atualidade, ter uma postura coerente às necessidades encontradas.

Esse mundo tecnológico chega trazendo um mundo mágico, cheio de fantasias, cativando principalmente o jovem para o mundo dos games e redes sociais, Lévy relata que enquanto a realidade pressupõe uma afetividade material, uma presença tangível, o virtual é “um passe de mágica misterioso”, contudo o virtual não se opõe ao real, é apenas mundo diferente.

Portanto, os saberes adquiridos pelos jovens se limita a esse mundo que, muitas das vezes atrapalha a construção do conhecimento exigida nas escolas, uma vez que as escolas públicas ainda não tem estruturas suficientes para dar suporte tecnológicos a todos os professores e alunos, e a atração que eles têm por esse mundo é fascinante a tal ponto que confundem o mundo real do virtual. Ficando assim as escolas na incumbência de contextualizar essa realidade nas escolas, procurando conduzir a situação da melhor forma possível e sobre esse convívio Orozco enfatiza que a postura educacional diante da comunicação tecnológica, não é o centro depositário do conhecimento e informações.

Os docentes precisam acompanhar essas mudanças tecnológica, onde o conhecimento acadêmico não é mais suficiente para a formação do professor, este necessita de formação contínua, reciclagens, acompanhamentos da evolução tecnológica, onde nesse mundo globalizado tudo acontece muito rápido.

A promessa do mundo globalizado foi e ainda é muito esperado por muitos, é um sonho que possibilita igualdade no acesso à informação independentemente do nível financeiro em que se encontre.

Szymasnski (2007, p. 30) ressalta a relevância de um trabalho sistematizado junto às famílias e que as práticas familiares “podem ser aprendidas e ou modificadas segundo uma proposta educacional e que os pais, enquanto educadores, podem ser sujeitos de um programa de formação”.

È necessário que a sensatez venha bater na porta do povo brasileiro, pois é evidente que em ambas instituições encontramos pessoas com conhecimentos vastos, capazes de colaborar para esse crescimento, e dispostos a agregar aos seus novos uma vez que estas tem interesses e objetivos comuns.

1.5. REFORMADORES EDUCACIONAIS

Segundo Freitas (2008), a Educação, de forma global, vem passando por várias mudanças ao longo do tempo, mudanças que trouxe muitos impactos para a prática educacional.

Esse momento revolucionário na educação teve início em 1980, nos Estados Unidos, na qual os reformadores empresariais apresentam um quadro caótico na educação Americana, segundo eles comprometeria sua competitividade no cenário internacional. A implantação dessas ideias aprovou vários programas prejudiciais à reforma educacional, uma grande quantidade financeira foi mal utilizada, programas escolares eficazes têm sido prejudicado e a moral dos profissionais da educação minimizada.

No Brasil, movimento semelhante tem coordenado à ação dos empresários no campo da educação e é conhecido como “Todos pela Educação”. O presidente de governo desse movimento é o megaempresário Johannpeter, Coordenador da câmara de Políticas de Gestão, De-

envolvimento e competitividade de seu governo e este tem como braço direito César Callegari gerenciando o Mec.

Segundo análise de Freitas, apud Taubman (2009), essas ideias consistem na psicologia behaviorista, as ciências de informação e a neurociência, a qual constrói uma cultura de auditoria em que o entendimento dos mecanismos de controle acontece de maneira a facilitar a vida para o professor, perdendo o contato com que está realmente ensinando.

Contudo foi Gómez (2004) quem formulou a teoria da competência humana, dizendo que a deficiência no desempenho tem como causa a deficiência no repertório comportamental, ambiental e que tem como consequência a deficiência no sistema de gestão.

Nesse sentido Freitas sugere a pedagogia tecnicista em que define o que os professores e alunos devem fazer e assim também como e quando farão. Esse processo é ridicularizado, pois mede o trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições), passando a ser chamado de processo neotecnicismo, o qual se estrutura em torno de três grandes categorias: responsabilização, meritocracia e privatização.

Nas Políticas Educacionais implantadas é notável o problema sério voltado ao estreitamento curricular, onde, pelas cobranças ao professor, este se sente na obrigação de focar nas matérias contempladas pelas avaliações externas, gerando concorrências entre as escolas, visando às primeiras colocações, e comprometendo a qualidade de ensino.

E o que nota-se é que através dessas políticas a preocupação em trabalhar é voltada para as séries contempladas com as avaliações externas. Esse novo método utilizado pelas políticas educacionais é louvável e vem dar oportunidades para que o aluno independentemente de sua estrutura socioeconômica e cultural, tenha a mesma condição de competir com outros alunos.

No entanto, a qualidade educacional pode-se tornar mais tangível com constantes trabalhos dessas políticas educacionais que, já vem sendo feito, porém, em todos os anos e séries. Já que diante desse programa educacional e competitividade, a comunidade escolar se desperta com trabalhos mais constantes e eficazes.

Portanto, é necessário um olhar crítico diante das políticas educacionais implantadas, analisando-as nos pontos positivos e observando se os negativos não estão pesando mais. A educação é a única oportunidade que a população tem para se aproximar de uma oportunidade para lutar de maneira mais igualitária e justa.

1.6. CONTRIBUIÇÕES DA PARCERIA ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA PARA APRENDIZAGEM

Nesse contexto surge outra questão importante que é o limite e sua interferência nos aspectos comportamentais e no processo de aprendizagem escolar.

O conceito de limite vem ganhando espaço nas discussões do espaço escolar e é empregado, geralmente, como uma queixa de algo ou alguém, relacionada a questões de obediência, respeito, disciplina, boas relações interpessoais em sociedade, dentre outros aspectos da vida do sujeito em que ele pode estar apresentando problemas ou dificuldades.

No entanto, o limite pode ser visto tanto no sentido restritivo, o citado acima e mais comum, quanto no sentido de superação, ou seja, de transpor as barreiras que impedem a aprendizagem (LaTaille, 2001).

Do ponto de vista de superação, o limite pode ser considerado como fronteiras subjetivas, as quais devem ser respeitadas nas múltiplas relações do sujeito, dentro e fora do ambiente escolar. Tais limites podem ser repensados, modificados, transpostos, mas nunca ignorados. Dessa forma, ao transpô-los, as crianças os usarão como uma espécie de trampolim, para im-

pulsionar o desenvolvimento e a aprendizagem, bem como adquirir o conhecimento do mundo (Bossa, 2000).

É muito importante que a relação da criança com a escola e família a leve à superação desses limites, pois, muitas vezes, é verificado que tanto na família quanto na escola, a educação, ao invés de ajudar a criança a transpor limites, a mantém no seu estado infantil. Aponta-se que: [...] com o pretexto de respeitar a independência da criança, excluímos-la do mundo dos adultos para mantê-la artificialmente no dela, se é que pode ser chamado de mundo.

Essa maneira de manter a criança afastada é artificial, porque quebra as relações naturais entre as crianças e adultos, relações estas que, entre outras coisas, consistem em ensinar e aprender, e porque vai contra o fato de que a criança é um ser em plena formação e a infância é apenas uma fase transitória, uma preparação para a idade adulta (LaTaille, 2001).

Dessa forma, considera-se que a infância é por natureza uma fase marcada pela transitoriedade, pela caminhada rumo à fase adulta, sendo que nessa caminhada a transposição de limites é uma necessidade incessante.

E, como o ser humano é um ser social, a educação, promovida tanto pela família quanto pela escola, é condição desse desenvolvimento que o levará a sua formação completa, ela deve ajudar a criança a identificar os limites, motivando-a para superá-los, ou seja, a educação deve auxiliar o sujeito na busca da excelência, o levando a ser melhor do que ele é nesse momento, pois indo além de seus próprios limites, o indivíduo costuma viver melhor consigo mesmo, e também com os outros, pois assim se sente capaz, e não diminuído e inferior em relação aos demais. Parolim (2003, p. 99) manifesta que:

[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e

filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo.

Nesse contexto, compreende-se que tanto a família quanto educadores são peças fundamentais no processo de educar, e ambos veem o caminho da educação como algo importante, no entanto, para que haja realmente o processo educativo é necessário que algo mais permeie essa relação da criança com a família e com a escola, ou seja, é importante que haja um estreitamento dessa relação através do comprometimento fiel de suas ações, proporcionando uma relação mais estreita entre as crianças e aqueles que fazem parte do seu meio educativo.

Dessa forma, pontua-se que ensinar exige alegria e esperança, a alegria na arte de ensinar é fundamental, pois o educando se sente à vontade para se expressar quando está feliz e a esperança contribui para que ele seja estimulado à descoberta de novos conhecimentos.

Assim, é possível separar a seriedade docente da afetividade, no entanto, o que o educador não pode permitir é que a afetividade atrapalhe o cumprimento de seu trabalho. Na verdade, preciso descartar como falsa a separação radical entre a seriedade docente e afetividade.

Segundo Freire (2008, p.141):

[...] A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. O que não posso obviamente permitir é que minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor no exercício de minha autoridade. Não posso condicionar a avaliação do trabalho escolar de um aluno ao maior ou menor bem querer que tenha por ele.

Na verdade, preciso descartar como falsa a separação radical entre a seriedade docente e afetividade. [...] A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. O que não posso ob-

viamente permitir é que minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor no exercício de minha autoridade. Não posso condicionar a avaliação do trabalho escolar de um aluno ao maior ou menor bem querer que tenha por ele (Freire, 2008).

Na sociedade atual, em que o espaço da criança está separado do espaço do adulto, locais como reuniões de trabalho, determinados passeios ou jogos já não são parte do mundo das crianças. A infância, no contexto da sociedade contemporânea, afasta os adultos das crianças, sendo esse tempo substituído pela convivência no espaço escolar, reafirmando-se aí a importância da afetividade no espaço da escola (Kramer e Leite, 1998).

Individualismo desencadeado pela ausência do outro. Apagamento da relação de autoridade. Criança sozinha. Criança que manda nos pais. Esses são apenas alguns dos fragmentos que compõem o contexto da infância contemporânea, dentre os quais destacamos a ruptura do contato e do diálogo entre adultos e crianças como questão que precisa ser analisada com maior profundidade (Kramer e Leite, 1998).

Sem o estabelecimento de um bom diálogo entre pais e filhos a escola fica cada vez mais encarregada de mediar essa relação, e muitas vezes fica sem saber a que ou a quem recorrer para tentar solucionar os problemas comportamentais e de aprendizagem dos alunos, pois não se sabe se o problema com a criança pode ser resolvido com a ajuda dos pais.

No contexto escolar atual são encontrados diversos tipos de personalidades e de convivência e para se relacionar com essas múltiplas diferenças é necessário o estabelecimento de diálogo entre família e escola para a percepção de dificuldades dos alunos e uma melhor aprendizagem. “É uma maneira, talvez a mais eficiente, de criar unidade de ação entre família e a escola, unidade sem a qual a educação se torna algo ineficiente e às vezes perigosa” (Weil, 2000, p. 68).

Pontua-se que diante das novas necessidades da sociedade a escola, que antes tinha por obrigação apenas ensinar conteúdos específicos das áreas do conhecimento fundamentais para a formação e instrução das novas gerações, passa a assumir funções que antes eram de exclusividade das famílias. Fazendo com que, atualmente, o processo de ensino e aprendizagem vá além dos conteúdos didáticos, e se reconheça também a importância de se trabalhar cada aluno individualmente, facilitando seu desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor.

Pois, ainda que os aspectos afetivos e cognitivos possuam funções bem definidas, eles são inseparáveis e influenciam diretamente na evolução do processo psíquico e de aprendizagem da criança (Montserrat, 2007). Estamos convencidos de que não se pode falar de educação sem se levar em conta o fator afetivo, uma vez que recebemos o conhecimento por meio das relações com terceiros.

De fato, a dimensão afetiva não apenas afeta o processo educativo, mas é um sustentáculo desse processo. Por outro lado, devemos nos lembrar de que o afeto não é algo geneticamente determinado, mas aprendido durante o desenvolvimento da pessoa, desde a mais tenra infância e é a base para os demais desenvolvimentos pessoais, penetrando todas as áreas de desenvolvimento e construindo modelos de referência que nos ajudam a olhar o mundo de maneira subjetiva.

O afeto e a educação podem ser considerados dois pilares fundamentais que fazem parte da nossa experiência de vida, da nossa experiência acadêmica e profissional, e nos fazem ser o que somos (Montserrat, 2007).

Em palavras de Parolin (2009, p. 99):

[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo.

Entretanto, ressalta-se a necessidade da execução permanente de projetos que permitam aos pais e/ou responsáveis relacionarem-se com a escola de maneira efetiva. De nada adianta aplicar um projeto e este não ter continuidade.

A periodicidade da comunicação da escola com a família deve ser constante, através de veículo correto e mensagem adequada. Somente assim terá efeitos satisfatórios. O entendimento entre família e escola se dá pela comunicação eficaz, se a comunicação for truncada, não acontece o entendimento pretendido. O diálogo é um fator importante na relação família/escola (Paro, 2007). Entretanto, para que isto aconteça é necessário que os pais e/ou responsáveis sintam-se valorizados pela escola. A escola precisa usar todos os métodos possíveis para a aproximação direta com a família possibilitando compartilhar informações significativas em relação aos seus objetivos, recursos, problemas e até questões pedagógicas.

Para Freitas et al (2009), é um grande momento para se definir a qualidade negociável, de caráter plural, pactual, participativo, autorreflexivo, contextual, processual e transformador, em que deve haver liberdade de delimitar a própria fisionomia educativa. Ou seja, quando o coletivo da escola localiza seus problemas, comprometendo-se com as melhorias concretas da escola.

Assim sendo, para esses autores, Os pactos de qualidade que firmam internamente devem produzir resultados que se tornem visíveis externamente e que permitam algum controle social. O “ensinamento” da equipe pedagógica em sua percepção particular do que seja qualidade pode obstruir a transformação qualitativa da escola no ritmo desejável às necessidades de uma determinada geração.

Nesse sentido, a avaliação institucional, mesmo reconhecendo a titularidade dos atores das escolas, não desconsidera a riqueza do olhar externo que acrescenta ao processo de autoconhecimento institucional novos ingredientes e novos sabores. A avaliação deve estar a serviço de uma qualidade que aponte para um outro futuro mais fraterno, mas, exatamente por isso, esta avaliação deve cuidar do presente (Freitas et al, 2004 apud Freitas et al, 2009).

Os pactos de qualidade que firmam internamente devem produzir resultados que se tornem visíveis externamente e que permitam algum controle social. O “ensinamento” da equipe pedagógica em sua percepção particular do que seja qualidade pode obstruir a transformação qualitativa da escola no ritmo desejável às necessidades de uma determinada geração.

Nesse sentido, a avaliação institucional, mesmo reconhecendo a titularidade dos atores das escolas, não desconsidera a riqueza do olhar externo que acrescenta ao processo de autoconhecimento institucional novos ingredientes e novos sabores.

A avaliação deve estar a serviço de uma qualidade que aponte para um outro futuro mais fraterno, mas, exatamente por isso, esta avaliação deve cuidar do presente (Freitas et al, 2004 apud Freitas et al, 2009, p. 41). Em opinião de Torres (2008, p. 29): [...] *uma das funções sociais da escola é preparar o cidadão para o exercício da cidadania vivendo como profissional e cidadão.*

O que quer dizer que a escola tem como função social democratizar conhecimentos e formar cidadãos participativos e atuantes.

No interior de nossa própria cultura, sem sair de nossa própria cidade nem de nosso próprio bairro, um belo dia observamos nosso ambiente e nos damos conta de que tudo mudou tanto que mal somos capazes de saber como as coisas funcionam. Sentimo-nos, então, desorientados como se tivéssemos viajado para uma sociedade estranha e distante, mas sem esperança de voltar a recuperar aquele ambiente conhecido no qual sabíamos nos arranjar sem problemas. (Esteves, 2004, p.24).

1.7. A FAMÍLIA E ESCOLA COMO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, à medida que contribuem e influenciam a formação do cidadão (Rego,2003), a junção dessas instituições é o resultado que temos na sociedade, o trabalho de uma complementa literalmente, o trabalho da outra, o desenvolvimento do ser em sociedade, sua organização e desempenho precisam ser trabalhados por ambas.

A escola contribui com trabalhos contemplados na matriz curricular, onde os conteúdos são todos voltados ao desenvolvimento e preparação do aluno em sociedade, se preocupa com as diversidades étnicas, econômicas e culturais e Oliveira (2000), confirma essa fala quando afirma que a escola trata-se de um ambiente multicultural que inclusive se preocupa com a construção de laços afetivos dos alunos e o seu prepara e inserção na sociedade.

A família é a principal responsável por incorporar as transformações sociais e Inter geracionais, ocorridas ao longo do tempo, com os pais exercendo um papel preponderante na construção da pessoa, de sua personalidade e de sua inserção no mundo social e do trabalho (Simone, Corina e Jadson, 2018).

Portanto Távoa (2003) vem citar experiências de anos atrás e que hoje ainda mostra a realidade do dia-a-dia de uma família na estruturação e construção de conhecimentos juntos aos filhos, tendo a necessidade de estar atento a todas as eventualidades, emocionais intelectuais, culturais, financeiros e outros, não bastando ainda tem que se preocupar com os malefícios expostos em sociedade suscetíveis a atingir a família.

O sistema social, englobando vários subsistemas, os papéis de seus membros são estabelecidos em função dos estágios de desenvolvimento do indivíduo e da família vista enquanto grupo (Dessen, 1997; Kreppner, 1992).

1.8. DIFICULDADES E LIMITAÇÕES NA RELAÇÃO FAMÍLIA NA ESCOLA

Quando os papéis são muito estereotipados, eles têm ideias preconcebidas sobre o outro. Família é assim ... Não admira que o filho seja o mesmo com o pai que ele tem. Os professores sempre se livram dos problemas e sempre somos culpados. Há resistência por parte das famílias para receber e aceitar uma imagem da criança diferente da sua.

Quando há uma idealização excessiva da parte da família em relação aos professores. Os professores farão o que não podemos ou não sabemos como fazer. Eles têm a soluções e quando os pais têm uma imagem desvalorizada de si mesmos. Isso pode gerar admiração, rivalidade e agressão. Surgindo a (León, 2008. 16):

- Baixa participação dos pais no centro educacional. Sentimento de frustração
- Fraqueza em não ter amplo apoio social do grupo que representam
- Os pais não vivem a escola diariamente;

- A família tem menos recursos próprios para educar e transmitir valores.

Os pais querem desfrutar de suas próprias vidas, o que é positivo em quanto o exercício das funções educacionais básicas não estiver ameaçado. Em casos extremos, as crianças tornaram-se um obstáculo ao desenvolvimento social das mães que querem trabalhar (León, 2008).

E quando os professores explicam a crise educacional: “a família é distante da escola e da vida escolar de seus filhos”, “a família “não impõe limites aos filhos”, “os pais são ausentes e não participam do acompanhamento das aprendizagens”, “os pais não ligam os filhos e jogam a responsabilidade educativa para a escola e para os professores” (Cruz e Santos, p.444, 2008)

Como repercussões dessa economia em um país de desenvolvimento tardio, o panorama social que encontramos no Brasil, hoje, é o de um cenário com profundas desigualdades, demarcadas pela categorização dos lugares sociais, expressos por meio do estímulo ao individualismo, à competitividade e à pauperização de grande maioria da população.

Ao mesmo tempo, o cenário é de desenvolvimento, no qual ocorrem avanços tecnológicos que deflagram uma verdadeira “guerra”, com vistas à inserção no mundo do trabalho a qualquer preço (Cruz e Santos, 2008).

O primeiro norte nas reflexões aqui discutidas é a compreensão da realidade enquanto dinâmica e socialmente construída, como tudo que é social, relacionada aos processos de transformação política, econômica e social. Portanto, qualquer movimento que procure desvelar a relação entre pais e escola remete nos, necessariamente, à análise do cenário conjuntural e dos conflitos que nele coexistem, posto que, nem a família e nem a escola são estáticas, não existem e/ou se constituem um campo de neutralidade (Cruz e Santos, 2008).

Isso quer dizer que, embora haja desvalorização por alguns, o conjunto da sociedade admite que a escola é: lugar de cuidar das novas gerações; instância de garantia das aprendizagens;

espaço de controle da juventude, oferecendo-lhe promessas de adiamento do prazer, em nome da preparação para o futuro (Cruz e Santos, 2008, p.450).

Segundo (Vasconcelos, 1994, p.82):

A família pode ajudar na construção da disciplina, através de algumas práticas: re-adquirir a prática do diálogo, ser capaz de impor limites, estabelecer horários, superar a oscilação entre a permissividade e o autoritarismo, estabelecer e cumprir limites (dialogando, chegar a limites razoáveis), não ceder diante da insistência ou chantagem, nunca dizer não sem explicar o porquê, não acobertar erros dos filhos, incentivarem os filhos a terem uma postura crítica, acreditar nas possibilidades do filho, desenvolver uma pedagogia de participação, atribuir responsabilidades aos filhos, entre outras.

Como acompanhar os filhos na aprendizagem:

- Organização dos trabalhos escolares.
- Participar das reuniões propostas pela escola, sempre que convocado.
- Observar as anotações dos conteúdos trabalhados, no caderno de classe.
- Solicitar as avaliações para assinar tomando conhecimento da situação de aprendizagem.
- Separar uma agenda para recados: escola x casa e viceversa.
- Não permitir faltas desnecessárias.
- Ligar para a escola de vez em quando, para tomar conhecimento da situação de aprendizagem e comportamento de seu filho.
- Auxiliar seu filho a organizar um horário de estudos em casa.

- Providenciar um calendário grande para marcar dias de: avaliações e entrega de trabalhos.
- Supervisionar e auxiliar nos estudos e tarefas de casa.
- Repor material escolar se necessário.

E segundo (Vasconcelos, 2018) essas atitudes trará benefícios à vida dos envolvidos nesse processo:

Escola	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Professores mais satisfeitos e empenhados; ✓ Ensino mais concentrado no aluno; ✓ Mais competente e eficaz; ✓ Maior relação com as famílias e a comunidade.
Aluno	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhora a atitude sobre a escola; ✓ Aumento do sucesso escolar; ✓ Permite ter melhores hábitos de estudo; ✓ Permite adquirir mais hábitos sociais; ✓ Aumenta a probabilidade de continuar a escolaridade; ✓ Diminuem os conflitos.
Família	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhora a compreensão sobre os programas escolares; ✓ Melhora a comunicação com os educadores; ✓ Melhora a comunicação com os profissionais de educação; ✓ Aumenta a confiança e a autoestima; ✓ Aumenta o compromisso social e comunitário; ✓ Visão positiva sobre a instituição.

Para Bartholo (2001, p. 234) “A parceria família escola é fundamental para que ocorram os processos de aprendizagem e crescimento de todos os membros deste sistema, uma vez que a aprendizagem não está circunscrita à conteúdos escolares”.

Paulo Freire, no seu livro *Pedagogia do Oprimido*, afirma que é papel da escola, através do processo educativo, conscientizar seus alunos (e também suas famílias) da sua condição na sociedade em que vivem para que liberação e educação, no pleno senso da palavra, ocorram.

Uma maneira pela qual a escola pode contribuir para o desenvolvimento desta conscientização e através do envolvimento dos pais e alunos nos processos de tomada de decisão da escola. Este engajamento pode encorajar pais e estudantes a saírem de um estado de alienação, fazendo-os sentirem-se mais aptos no processo educacional e mais participativos na sua comunidade e sociedade (Freire, apud Roseli, 2009) que em inúmeros estudos com professores portugueses estes apresentaram uma imagem negativa do papel parental, conforme é exercido nos dias de hoje. Mencionaram que os muitos problemas que os alunos apresentam têm origem no ambiente familiar, em função do desinteresse dos pais, da falta de apoio e valorização dos deveres escolares, da não imposição de regras, do desinteresse e ausência de envolvimento. Para esses profissionais, os pais deixam os filhos entregues a si próprios e encaram a escola como um depósito de crianças.

Becher (1984) afirma que pais que estão envolvidos na escolaridade dos filhos desenvolvem uma atitude mais positiva com relação a escola e com relação a si mesmos, se tomam mais ativos na sua comunidade e tendem a melhorar seu relacionamento com os filhos

CAPÍTULO 2: ÂMBITO FAMILIAR

2.1. FAMÍLIA

A família sempre foi a instituição mais importante na formação da criança, influenciando no seu desenvolvimento físico, psíquico, cultural, enfim é nela que o indivíduo pode encontrar a formação mais completa para o seu progresso pessoal como um todo. Uma vez que, a criança tem o direito de participar e sentir parte de uma família uma vez que esta é sua estrutura e esse é seu espaço natural de desenvolvimento.

Em complemento artigo 25 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90), em vigor no Brasil, informa que a família pode ser de tipo natural como sendo “a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”. Também ela pode ser “extensa ou ampliada” como “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”.

Para Andrada (2003), o conceito de família tem se alterado muito ao longo do tempo, sobretudo após o reconhecimento de novos direitos e de novas orientações sexuais, entre as quais, a homossexualidade por meio das uniões homoafetivas.

Embora a família hoje não necessariamente se vincule à existência de filhos, é conveniente salientar que é igualmente relevante destacar que, mesmo com essas mudanças comportamentais, a criança e o adolescente ocupam lugar central nas discussões sobre a formação da família (Queiróz e Gonçalves, 2010).

Diante do que é sentido e visto como consequência das mudanças e comportamentos nos modelos de família no século XXI, é interessante fazer uma recapitulação cronológica desse histórico familiar ao longo do tempo, onde:

Ariés (2011) afirma que a criança, enquanto integrante da família, não tinha nenhuma importância até o início da Baixa Idade Média, por volta do século XII. Somente a partir do século XVII, já dentro do contexto da Revolução Científica operada pelo racionalismo cartesiano, é que a criança aparece de fato como personagem que aos poucos passa a ter a dimensão que se atribuiria à infância, sobretudo no século XVIII, com o advento da Revolução Industrial.

A educação antes oferecida às crianças era informal e em casa diante de práticas cotidianas.

A Constituição Federal do Brasil confirma essa mudança de concepção em relação e diz o artigo 227 de nossa Carta Magna (Brasil, 2010, p. 62):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Como podemos observar, vem crescendo o papel da família na sociedade. E, neste sentido, vem também crescendo a responsabilização do Poder Familiar como coparticipante dos processos decisórios dentro das unidades de ensino.

A relação entre família e comunidade é, hoje, instrumento fundamental para uma nova consciência de cidadania que consolide os princípios basilares do Estado Democrático de Direito inscrito em nossa Constituição, e contribua para a formação da personalidade de crianças e adolescentes para serem cidadãos participativos na vida do nosso país.

A convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 2010) vem também estruturá-los com ensinamentos essenciais para a sua formação em sociedade.

Ainda hoje, muitas são as famílias que vivem em situações de dificuldades para criar e educar seus filhos, por inúmeros motivos, financeiros, ser analfabetos por vir de uma família desordenada, e outros, onde muitos pais chegam a dizer que “não dá conta mais do filho.

O novo Código Civil (lei 10.406/02) é peremptório quando afirma que a responsabilidade pela formação dos filhos é uma prerrogativa inalienável dos pais. Em seu artigo 1634, consta como atribuições da família (ECA, 2010, p. 25):

- I - dirigir-lhes a criação e educação;
- II - tê-los em sua companhia e guarda;
- III - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para casarem;
- IV - nomear-lhes tutor por testamento ou documento autêntico, se o outro dos pais não lhe sobreviver, ou o sobrevivente não puder exercer o poder familiar;
- V - representá-los, até aos dezesseis anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento;
- VI - reclamá-los de quem ilegalmente os detenha;
- VII - exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição.

É muito importante perceber que o artigo 23 do Estatuto preconiza que a pobreza material, a falta/carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar. Não existindo outros motivos que levem o Poder Judiciário a afastar a criança ou adolescente da sua família de origem, compete então exigir que essa família seja obrigatoriamente inserida em programas oficiais de auxílio. Essa atribuição é da responsabilidade dos gestores das políticas sociais no município e pode ser requerida pelo Ministério Público, caso não esteja sendo cumprida.

Para sanar tais conflitos, segundo Carvalho (2004), é preciso criar uma parceria entre família e escola, para que haja uma distribuição mais justa de responsabilidades na educação da criança. Assim, cada um fazendo o seu papel, uma não sobrecarrega a outra. Mais do que uma descentralização das funções, essa parceria ajuda pais e escola a falarem a mesma linguagem, situando o indivíduo num mundo organizado em uma estrutura que compõe a sociedade da qual ele também faz parte. Essa parceria é acentuada, enfaticamente, no artigo 205 da Constituição do Brasil, conforme veremos:

A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2010, P. 60). E

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 2010).

A constituição é clara quando declara os direitos das crianças e adolescente, sem distinção de raça, religião, etnia ou classe social a que pertence, no entanto diante da realidade, na prática, não é exatamente isso que encontramos (Meksenas, 1990, p. 136):

Em resumo, o processo de escolarização é diferente para cada uma das classes sociais, embora a ideologia tente mostrar que é o mesmo. A classe empresarial recebe uma escolarização que lhe permite obter os conhecimentos necessários para o seu exercício de classe

dirigente. A classe trabalhadora passa por uma rede de escolarização que lhe possibilita apenas exercer um trabalho disciplina do dentro de sua condição de classe dirigida.

Diante desta reflexão é necessário que, tenhamos políticas públicas e aplicação das mesmas, aplicando o que realmente contempla a nossa lei maior dando oportunidades inclusive àqueles que nunca tiveram acesso pois, sabemos que, “Existem famílias que nunca tiveram experiências com a escola e que, quando seu filho inicia a vida escolar, depositam o papel da educação na escola tomando atitude total de submissão e dependência, assumindo uma ignorância total dos assuntos escolares” (Bassedas, 1996, p. 33).

Como podemos observar, vem crescendo o papel da família na sociedade. E, neste sentido, vem também crescendo a responsabilização do Poder Familiar como coparticipante dos processos decisórios dentro das unidades de ensino. A relação entre família e comunidade é, hoje, instrumento fundamental para uma nova consciência de cidadania que consolide os princípios basilares do Estado Democrático de Direito inscrito em nossa Constituição, e que este contribua, auxilie, para a formação da personalidade de crianças e adolescentes para serem cidadãos participativos na vida do nosso país.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, também em seu artigo 22, assim declara que *“aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais”*. O texto deixa bem clara a responsabilidade dos pais quanto à dignidade dos filhos, inclusive quanto à obrigação de educá-los (Dessen, Polina, 2007, p.22):

Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo.

Para Zagury (1996), o grande desafio da escola hoje é sem dúvida conseguir conquistar a atenção e a motivação da criança e do jovem para o estudo, principalmente o jovem que, nessa fase, se torna naturalmente atraído por muitas outras coisas, afinal é uma fase de grandes transformações, não só corporais, mas também de grandes e importantes descobertas.

Áries (1981), Paro (2005), Zagury (1996, 2002, 2005), Tiba (1998), Parolin (2007) Szymanski (2007), Weber (2007), indicam para a necessidade de aprofundar a compreensão da ação pedagógica educativa e sua organização no mundo atual analisando e discutindo a importância da participação da família na escola com o objetivo de obter melhorias na aprendizagem.

2.2. FAMÍLIA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA

A partir da Revolução Industrial, as mães tendo de trabalhar para ajudar no sustento da casa, raramente tinham a oportunidade de se dedicar inteiramente aos seus filhos. A escola, que por sua vez, tinha o papel de ensinar o que o mundo do trabalho iria cobrar ao indivíduo no futuro, passa a exercer também a função de educar para a vida, e passou a agir com ensinamentos de filosofia, sociologia dentre outros que eram passados pela família (Ariès, 2011).

Durante muito tempo, especialmente durante a Idade Média, a família era a única fonte de aprendizagem da criança até tornar-se adulta, ter suas próprias experiências e se tornar parte de outros segmentos da sociedade. Não só a própria família, mas muitas vezes, outras famílias ficavam incumbidas da educação das crianças, e as famílias faziam o que hoje a escola se propõe a fazer: educar para a vida.

De acordo com Ariès (2011), uma forma muito comum na educação era o aprendizado por meio da prática, e muitas vezes essa prática não apresentava limites entre a profissão e a vida

particular. O mesmo autor relata ainda que a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano eram transmitidos por meio do serviço doméstico. O Estatuto da Criança e do Adolescente pontua, claramente, os elementos que devem servir de parâmetro para a Educação atual, sobretudo no que se refere às relações entre pais (família) e escola no tocante ao exercício de direitos pelos alunos (ECA, 2010, p. 951):

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 21. O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.

Neste sentido, é importante ressaltar que antes de nosso tempo a aprendizagem tinha como currículo a cultura que era passada de geração a geração. Dessa forma, a aprendizagem era contextualizada e direcionada especificamente a uma profissão ou aos serviços de cavaleiro. Como a educação da criança poderia ser transferida a outra família ou à Igreja, perdia-se o vínculo familiar entre pais e filhos. Assim, “*a família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental*” (Ariès, 2011).

Com o início da Idade Moderna, começam a aparecer as primeiras instituições educacionais. Diante disso, os pais começaram a preocupar-se em ter os filhos mais por perto e a cuidar mais de sua educação, o que antes era transferido a outra família e isolava a criança totalmente do convívio com sua verdadeira família até a proximidade de sua fase adulta.

Com a educação escolar, a criança recebia a visita dos pais e passava também as férias em convívio familiar, o que os aproximava mais. Conforme afirma Ariès (2011, p. 159): “*o clima*

sentimental era agora completamente diferente, e mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo em que a escola, ou ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola”.

Ao contrário do que acontece hoje, o crescimento do número de escolas fez com que os pais se aproximassem mais dos filhos, devido às mesmas estarem mais acessíveis, possibilitando assim, ver os filhos com mais frequência. No entanto, no decorrer dos séculos XVIII e XIX a disciplina escolar foi se tornando cada vez mais rígida e foi sendo reforçado o regime de internado.

Ariès (2011) afirma que a instituição de ensino aprisionou a infância do aluno num sistema cada vez mais arcaico e rígido durante os séculos XVIII e XIX resultando numa espécie de internato. De modo geral, as regras impostas pela sociedade restringiram a liberdade da criança que outrora desfrutava entre os adultos.

A criança passa a ser castigada, a escola tem toda a rigidez, principalmente por separar a criança de seu contexto, ela vivia presa, muitas vezes, em regime de internato e quando saía dali, ia para o convívio com a família. A família, por sua vez, também fazia suas cobranças, estas impostas pela sociedade.

Hoje é o contrário, nas convivências familiares, há uma *flexibilização* moral das regras no contexto de relações entre pais e filhos, fator que muitas vezes se traduz em omissão da família cujo resultado é um convívio inadequado e baixo rendimento escolar dos filhos uma vez que as responsabilidades dos alunos não são cobradas com empenho e rigor.

A família, em parceria com o Estado (e a escola pública é parte dele), conforme previsto no artigo 227 da nossa magna Constituição (BRASIL, 2010), combinado com os artigos 4º

e 19 do ECA, é a entidade que se coloca como a instituição social indispensável na condição de agente educador e formador da personalidade do indivíduo embora o Poder Familiar não é absoluto nem exclusivo. No artigo 1638 do Código Civil, a família que “*castigar imoderadamente o filho*”, “*deixar o filho em abandono*” ou utilizar-se de condutas imorais, incorrerá no risco de perder a guarda dos filhos mediante decisão judicial (ECA, 2010). É importante frisar esse dispositivo legal para reafirmarmos o princípio de que a responsabilidade da família quanto à convivência familiar e escolar se converte em direito dos alunos e em dever irrenunciável aos pais.

Essa é uma demonstração inequívoca de que a legislação brasileira não corrobora a concepção de “estado-educador” aos agentes estatais, pois ao Estado cabe a função de cooperação social e agente corresponsável pela aplicação de eventuais penalidades em situações cuja gravidade ultrapasse o princípio da razoabilidade e do bom senso ditados pelos costumes de uma sociedade que se queira democrática e respeitadora das diferenças e das individualidades em contraponto às sociedades patriarcais ou de tipo tradicional para as quais “a vara e a repressão” eram instrumentos promotores de sabedoria ditada pelos mais velhos enquanto detentores do pátrio poder.

A convivência escolar é consequência de um processo global com envolvimento de diversos fatores. Segundo Gauer e Machado (2009), é evidente que as dificuldades de aprendizagem estão relacionadas tanto às características próprias da criança, quanto às atitudes inadequadas da família e da escola que afetam a criança enquanto pessoa em desenvolvimento.

A criança que desde cedo, tem contato com outra, é sabidamente mais sociável, menos egocêntrica e mais tolerante. Viver em grupo é altamente positivo.

Dados Estatísticos da educação básica brasileira revela gigantesca discrepância entre os direitos “que se diz garantido”, na Constituição Federal e a realidade vivida em nosso país.

Ao analisar este gráfico fica evidente na interpretação do mesmo, onde revela a realidade da Educação Básica, no nosso país, há um enorme diferença e desigualdades sociais, influenciadas pela região habitada e pela cor da pele, para determinar a concentração de renda econômica e conseqüentemente oportunidade escolar.

Diante desta realidade faz-se necessário intervenções de políticas públicas educacionais “sérias/éticas”, para reverter este quadro e fazer valer o prometido em nossa Constituição, já que a mesma garante “igualdade” sem distinção em suas leis.(INEP,p.03,1996)

2.3. BENEFÍCIOS DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA ESCOLA

A família é a estrutura sociocultural dos indivíduos sendo esta primordial para o desenvolvimento do ser social, ela oferece valores culturais, éticos, morais, espirituais dentre tantos outros necessários para a construção do indivíduo.

A relação família-escola é, hoje, um tema necessário quando se trata de discutir a convivência e conseqüentemente o rendimento escolar dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. Frequentemente, ouve-se dos professores que o apoio da família é essencial para o rendimento escolar do Corpo Discente. Porém, muitas vezes essa expectativa de ajuda torna-se fator de acusação, atribuindo-se à família a responsabilidade pelo mau desempenho escolar da criança.

A escola reclama da ausência da família no acompanhamento do desempenho escolar da criança, da falta de pulso dos pais para dar limites aos filhos, da dificuldade que muitos deles encontram em transmitir valores éticos e morais importantíssimos para a convivência em sociedade. Por outro lado, a família reclama da excessiva cobrança da escola para que os pais se responsabilizem mais pela aprendizagem da criança, da ausência de um currículo voltado para a transmissão de valores e da preparação do aluno para os desafios não-acadêmicos da sociedade e do mundo do trabalho.

Diante desta nota-se convergências em uma situação em que deveriam estar unidos já que o objetivo de ambos é o mesmo “desenvolvimento educacional da criança” apesar de que cada um com suas especificidades porém o mesmo fim.

Neste sentido, (Gracia, 2006, p.12), manifesta que:

A parceria entre a família e a escola é de suma importância para o sucesso no desenvolvimento intelectual, moral e na formação do indivíduo na faixa etária escolar.

Afinal, por que até hoje em pleno século XXI a escola reclama da pouca ou insignificante participação da família na escola, na vida escolar de seus filhos? Seria uma confusão de papéis? Onde estaria escondido o ponto central desse dilema que se arrastam anos e anos?

Hoje é impossível pensar um sujeito em que não passe por essas duas instituições (família e escola), estas estão desenvolvidas de maneira responsável e comprometida a com o avanço da sociedade. Entretanto é necessário entender esse dilema entre ambas instituições uma vez que as mesmas deveriam compreendê-las e complementá-las e não acusar-se (Spoek y Sara-cho, 1998, p. 167):

O envolvimento dos pais na educação das crianças tem uma justificativa pedagógica e moral, bem como legal [...] Quando os pais iniciam uma parceria com a escola, o trabalho com as crianças pode ir além da sala de aula, e as aprendizagens na escola e em casa possam se complementares mutuamente”

É preciso compreender a família como um fenômeno historicamente situado, sujeito as alterações, de acordo com as mudanças das relações de produção estabelecidas entre os homens [...] É evidente que as funções da família vão depender do lugar que ela ocupa na organização social e na economia. (Aranha, 1989, p. 75).

É preciso que todo educador saiba que o apoio da família é crucial no desempenho escolar: pai que acompanha a lição de casa; Mãe que não falta a nenhuma reunião; pais cooperativos e atentos no desempenho escolar dos filhos na medida certa de verificar a importância dos pais no processo educativo dos filhos, onde se pressupõe que trabalhando adequadamente com a educação e os valores familiares, conseguirá transformar em uma sociedade mais justa e ética práticas mais participativas (Garreta, 2016, p.144) :

En la sociedad ha comportado un mayor reconocimiento del rol de las familias en la escuela y ha comportado el desarrollo de dinámicas más participativas de las familias en los centros escolares e institutos; pero, a pesar de ello, creemos que en la sociedad y en el sistema educativo existen barreras estructurales y resistencias para la plena participación de las familias en el sistema educativo.

Esta relación entre ambas instituciones hace reflexionar en la importancia que tiene la familia en la educación escolar de los niños y por eso se puede afirmar, que ambas han de estar íntimamente relacionadas entre sí, puesto que “la educación empieza en la familia y se prolonga en la escuela, y una buena educación exige el conocimiento del medio en el que viven los alumnos, así como la representación de éste en la vida escolar” (Garreta, 2007, p.9).

2.4. PARCERIA NECESSÁRIA

A relação família-escola é, hoje tema em destaque quando se trata de discutir o envolvimento dos pais no processo de ensino-aprendizagem, dos filhos. Frequentemente, ouve-se dos professores que o apoio da família é essencial, porém, Martins e Ribeiro (2010), muitas vezes essa expectativa de ajuda torna-se fator de acusação, atribuindo-se à família a responsabilidade pelo mau desempenho escolar da criança.

La respuesta a esa pregunta es, sin duda, compleja, ya que los factores que inciden en la dificultad de construir una colaboración real entre familias y centros son muy diversos, pero a

ellos subyace el hecho de que en los sistemas escolares prevalece todavía una visión muy tradicional de las relaciones entre los padres y la escuela, con una distinción precisa entre los roles de ambos y una escasa atención a la interacción fructífera entre ellos.

Entre los obstáculos más comúnmente señalados para lograr esa interacción constructiva entre familia y escuela, los directores y profesores suelen aludir a la indiferencia que muestra un gran número de padres sobre esta cuestión (Walther, 2013). En su opinión, es la apatía o la falta de interés de los padres por tomar parte en la vida de la escuela el mayor impedimento para la participación. Esta situación se ve además agravada por la tendencia creciente de muchas familias a delegar toda la responsabilidad sobre la educación de sus hijos en el centro educativo, dimitiendo en gran medida de sus funciones educativas primarias. (Francisco López Rupérez, 2014)

A escola que por sua vez, tinha o papel de ensinar o que o mundo do trabalho iria cobrar ao indivíduo no futuro, passa a absorver também a função de educar para a vida no que se referem aos aspectos sociais, morais, entre outros. Segundo Dourado e Oliveira (2007), as consequências deste acúmulo de funções são sentidas hoje pela escola, pois ela passou a ser vista como uma instituição que ensina, que critica, passa sermões e faz cobranças de organização e socialização que deveriam ser trabalhadas em casa; daí gera-se muitos conflitos.

2.5.FORTALEZAS E DEBILIDADES DA CONVIVÊNCIA FAMÍLIA E ESCOLA

Os profissionais da escola acreditam, muitas vezes, que os alunos vão mau porque suas famílias estão desestruturadas ou porque não se interessam pela vida escolar da criança. Segundo Miguel e Braga (2013), a ausência dos pais às reuniões pedagógicas é um fato que vem acontecendo muito no contexto escolar atual, o que pode ser um indicativo do pouco acompanhamento da vida escolar das crianças por parte dos pais.

Percebe-se que estas divergências surgem pela falta de esclarecimento e informação quanto à responsabilidade e o papel de cada instituição, família e escola, já que uma vem completar o trabalho da outra, visando suas especificidades, é interessante e essencial parcerias entre ambas. Diante desta situação encontrada é de suma importância o esclarecimento relacionado à função das mesmas, já que a Constituição Federal do nosso país, lei suprema, diz que, a

Família em parceria com o Estado tem responsabilidades para com a educação e o desenvolvimento da criança, na sociedade.

Nessa perspectiva, faz-se necessário um estudo e pesquisa de campo no Colégio Estadual Francisco da Matta Lima, visando encontrar possíveis respostas que norteem pais e professores quanto ao desenvolvimento escolar das crianças, já que este é de interesse tanto da escola quanto dos pais.

Para sanar tais conflitos, segundo Carvalho (2004), é preciso criar uma parceria entre a família e a escola, para que haja uma distribuição mais justa de responsabilidades na educação da criança.

Nesse sentido, é importante resaltar que antes de nosso tempo a aprendizagem tinha como currículo a cultura que era passada de geração a geração.

Dessa forma, a aprendizagem era contextualizada e direcionada especificamente a uma profissão ou aos serviços de cavaleiro. Como a educação da criança poderia ser transferida a outra família ou à igreja, perdia-se o vínculo familiar entre pais e filhos. Assim, “a família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental” (Ariés, 2011, p.159).

Com o início da Idade Moderna, começam a aparecer as primeiras instituições educacionais. Diante disso, os pais começaram a preocupar-se em ter os filhos mais por perto e a cuidar mais de sua educação, o que antes era transferido a outra família e isolava a criança totalmente do convívio com sua verdadeira família até a proximidade de sua fase adulta. Com a educação escolar, a criança recebia a visita dos pais e passava também as férias em convívio familiar, o que os aproximavam mais.

Conforme afirma Ariés (2011, p.159): “o clima sentimental era agora completamente diferente, e mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo em que a escola, ou ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola”.

Ao contrário do que acontece hoje, o crescimento do número de escolas fez com que os pais se aproximassem mais dos filhos, devido as mesmas estarem mais acessíveis, possibilitando assim, ver os filhos com mais frequência. No entanto, no decorrer do século XVIII e XIX a disciplina escolar foi se tornando cada vez mais rígida e foi sendo reforçado o regime de internato.

Em opinion de López Rupérez (AÑO Y PÁGINA)

En este sentido, conviene tener en cuenta (cfr. Naval, 2003) que la participación puede tener diversas formas, no necesariamente incompatibles entre ellas, más o menos convenientes según el tipo de relación que la sustenta. La relación que se da en la convivencia cotidiana, por ejemplo, es diversa a la relación educativa. La primera se fundamenta en el ejercicio de unos derechos basados en la igualdad esencial de los seres humanos, mientras que la relación educativa, partiendo de esa igualdad esencial, admite una cierta desigualdad entre maestros, alumnos y padres en cuanto al sentido primordial de su relación, es decir, con respecto a la promoción del aprendizaje.

A família em parceria com o Estado (e a escola pública é parte dele), conforme Previsto no artigo 227 da nossa magna Constituição Brasil, (2010), combinados com os artigos 4º e 19º do Eca, é a entidade que se coloca como a instituição social indispensável na condição de agente educador e formador da personalidade do indivíduo embora o poder Familiar não é absoluto nem exclusivo.

No artigo 1638 do Código Civil, a família que “castigar moderadamente o filho”, “deixar o filho em abandono” ou utilizar de condutas imorais, incorrerá no risco de perder a guarda dos filhos mediante decisão judicial Eca (2017).

É importante frisar este dispositivo legal para reafirmarmos o princípio de que a responsabilidade da família quanto ao desenvolvimento escolar se converte em direito dos alunos, mas em dever irrenunciável aos pais.

A convivência escolar é consequência de um processo global com envolvimento de diversos fatores, Segundo Gauer e Machado (2009), é evidente que as dificuldades de aprendizagem estão relacionadas tanto às características próprias da criança, quanto às atitudes inadequadas da família e da escola que afetam a criança enquanto pessoa em desenvolvimento em seu próprio cognitivo.

Muitos são os questionamentos e cobranças vindas dos docentes quanto à estrutura familiar desta criança, sendo assim a família precisa colaborar nesse processo ajudando a mesma a compreender sua função, Maeztu (2015). Uma vez que a família como uma abertura de palco para outros contextos de socialização e educação ajuda a moldar os indivíduos como síntese da identidade pessoal, de grupo e de família. (Rojas Rojas, 2002 apud Violeta Acuna, 2016).

Assim como também Vigotsky contribui dizendo que o desenvolvimento da criança está dividido em zona real e potencial, e este desenvolvimento depende do ambiente cultural, ambiental e econômico em que a criança vive, assim também acontece com a aprendizagem que precisa de vários fatores para o seu grau de efetivação. Porém não existe família enquanto modelo idealizado, e sim família resultante de uma pluralidade de arranjos e re-arranjos estabelecidos pelos integrantes dessa família (Faria e Antunes, 2015).

Conforme aponta Saveli e Tenreiro (2002), toda criança começa a aprender a partir do nascimento e, desde então, vai construindo a sua modalidade de aprendizagem no convívio familiar, com decorrencia de alguns fatores, como as trocas emocionais, a aprendizagem social, a observação e a imitação são processos importantes que se efetivam nesse contato.

Nesse sentido Vigostky (1998) afirma que “ninguém é uma ilha” precisamos um dos outros para que haja construção de boa convivência e aprendizagem com êxito. Naturalmente que, depois da família, é na escola que as crianças permanecem mais tempo, e as expectativas em relação à sua convivência e seu desempenho escolar aumentam, assumindo maior importancia na vida em família.

Mas não compete apenas à escola a função de educar, mas também à família em primeiro lugar. Conforme apresenta Vigostky (1998) a criança passa por várias fases de desenvolvimento necessárias na sua construção pessoal e estas se iniciam desde o nascimento da criança até a sua vida adulta.

Sendo essencial para Piaget e Vygotsky, vislumbrar a convivência e o desenvolvimento da criança como participativa e este não acontece de maneira automática, portanto, o processo de aprendizagem não é estático, muito menos mecânico, é ativo. É um processo contínuo que ocorre durante toda a vida do indivíduo. “Vivendo e aprendendo” se levarmos em consideração a sabedoria popular.

E enriquecendo esse contexto Oliveira e Melo (2010), considerar-se-á que o principal agente de formação da criança é a família. Porém, a crise de convivência que a família vem enfrentando, por todas essas transformações que vem surgindo na sociedade, alterarm profundamente a qualidade de vida da criança.

A desestruturação familiar permeia a nossa sociedade o que influencia diretamente na formação primeira da criança, pais separados, por exemplo têm uma grande influência no desenvolvimento psicológico, emocional e portanto interpessoal, defasagem na convivência.

A escola que por sua vez, tinha o papel de ensinar o que o mundo do trabalho iria cobrar ao indivíduo no futuro, passa a absorver também a função de educar para a vida no que se referem aos aspectos de convivência. Segundo Dourado e Oliveira (2007), as consequências deste acúmulo de funções são sentidas hoje pela escola, pois ela passou a ser vista como uma instituição que ensina, que critica, passa sermões e faz cobranças de organização e socialização que deveriam ser trabalhadas em casa; daí gera-se muitos conflitos.

E se hoje tem a sobrecarga da vida moderna, é sumamente importante lembrar que o que vale não é o tempo que se passa junto com os filhos, mas a maneira como estabelecem as relações de convivência com eles. Isso é o que importa, pois se os filhos sabem que podem contar com os pais quando necessitarem, se os pais têm uma parte do seu tempo diário e de lazer reservado para dar atenção e conversar com os filhos, se os limites são estabelecidos com flexibilidade e justiça, sem culpas ou necessidades compensatórias, pode-se esperar, então, menor probabilidade de problemas.

Uma boa comunicação entre pais e filhos exige em primeiro lugar, traduzir o amor, respeito, confiança, atenção e atender às suas necessidades básicas. Com essa participação dos pais no processo de ensino-aprendizagem, eles ganham mais confiança, vendo que todos se interessam por eles e também porque você passa a conhecer quais são as dificuldades e quais os conhecimentos que eles tem.

Comunicar-se com os filhos é dar apoio, conhecer as suas dificuldades, verificar pelo que eles estão passando, estimulando as suas potencialidades, opções de ajuda que os pais tem a oportunidade de relacionar com estas crianças desde muito pequenos. (Colás y Contreras, 2017).

Uma convivência estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muitas informações e mudanças, a partir do momento que o acompanhamento traz alterações na rotina de cuidados do filho e em seu próprio comportamento a rotina familiar também é afetada. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola sendo até mesmo uma divisão de responsabilidades entre pais e professores. Colás y Contreras (2017).

Já a convivência professor-aluno é algo necessário à essa relação, esta deve ser observada em exercícios, na prática planejada do docente, através da avaliação, conhecimento humanizado que oportuniza uma melhora relevante no processo de construção da aprendizagem (Oliveira, 2015).

Segundo Filipe (1993, p. 21) “la relación entre la familia y la escuela se hace realidad en la medida en que en la escuela exista un programa de participación de los padres, que sea razonablemente bien planificado y de larga duración en el tiempo”.

Os pais precisam ter certeza de que educar é importante. Acreditar que colocar limites, apresentar valores, despertar desejos nos filhos e iniciar o processo de compreensão do mundo e de convivência com o outro.

Mas a participação da família no melhoramento da convivência escolar de seus filhos não depende tão somente da cobrança de responsabilidades por parte da escola, do Ministério Público ou de quem mais exercer tal prerrogativa. É preciso que junto ao princípio da Responsabilidade Familiar se acrescente também a ampliação dos mecanismos de participação dos pais de alunos na escola conforme afirma J. Epstein quando diz que “(...) a colaboração entre a família, a escola e a comunidade é chave para a melhora da educação do aluno”(Garreta, 2016, p.134 apud David).

Portanto, a garantia da boa convivência escolar é resultado tanto do cumprimento da responsabilidade da família e do grau de participação dela nas ações da escola, como também depende dos meios proporcionados pela escola que permitam à Comunidade Escolar (pais, professores, direção, estudantes, funcionários, etc.) ter efetivamente, atitudes nos processos decisórios, entre eles, o principal: o de ajudar a escrever, acompanhar e fiscalizar a execução do Projeto Político-Pedagógico Da Escola.

Além dos agentes implicados para poder realizar políticas e ações específicas que favoreçam um maior reconhecimento da importância da participação da família na escola com objetivo de melhorar a convivência, escolar nos centros educativos, o trabalho dos profissionais e a satisfação das famílias (Garreta, 2016, p.155), buscando mais envolvimento do pai e da mãe no âmbito educacional de seus filhos e igualmente atribui a outros âmbitos (Colás y Contreras, 2017).

Não basta reservar aos pais somente o direito de ir à escola buscar seus filhos na saída de turno, comparecer durante festividades cívicas (datas comemorativas), buscar boletins em reuniões de pais, etc. Precisamos ir além disso, conferindo à família o poder efetivo de intervir, diretamente, como parceiros ativos das soluções dentro da escola, entre elas, as que se referem à convivência escolar. Como diz J.Epstein (...) a colaboração entre a família, a escola e a comunidade é a chave para a melhora da educação do alunado” (Garreta 200, p.134, apud Garcia, 2010).

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

3.1. OBJETIVOS DA PESQUISA

Em primeiro lugar é necessário estabelecer o que pretende a pesquisa, as quais são seus objetivos.

Para Duarte (2019), O vocábulo “objetivo”, tomado em seu sentido genérico, denota pretensão, intencionalidade – finalidades sempre propostas quando se deseja buscar, descobrir e realizar qualquer ação.

3.1.1. OBJETIVO GERAL

Analisar a participação familiar e o desenvolvimento escolar no Colégio Estadual Francisco da Matta Lima (Sítio D’Abadia- Goiás)

3.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1- Determinar a percepção que tem os pais do colégio de seus filhos;
- 2- Analisar a convivência familiar;
- 3- Estabelecer as fortalezas e debilidades da relação entre família e escola;

3.1.3. VARIÁVEIS

Como apontam Batthyány e Cabrera (2005), as variáveis se caracterizam por serem características ou qualidades da realidade suscetíveis de adotar diferentes valores, ou seja, podem variar de um indivíduo ou objeto a outro ou dentro do mesmo indivíduo ou objeto sob o transcurso de um período de tempo.

Na opinião de Morales (2012), esclarecer o conceito de variável e os seus diferentes tipos é muito importante como ponto de partida para iniciar uma pesquisa, pois permite preparar melhor os instrumentos de coleta de dados e porque permite pensar e escolher o desenho de pesquisa mais apropriado e o método adequado para analisar os dados. Em função disto, Morales (2012) define a variável como algo que podemos observar, codificar ou quantificar nos sujeitos sobre o que investigamos.

Em nosso estudo podem ser identificadas as variáveis sexo (variável nominal) e nível de escolaridade, que nos permitirão relacioná-la com os itens do questionários.

VARIÁVEL	CATEGORIA
✓ Gênero	✓ Homem ✓ mulher
NIVEL DE ESCOLARIDAD	✓

3.1.4. Cronograma

A seguir apresentamos o cronograma que seguimos para levar adiante o trabalho de pesquisa. Nele estabelecemos as atividades realizadas e o tempo que implica cada fase.

Quadro 13 – Cronograma da pesquisa

FASE	ATIVIDADE	TEMPO
PRIMEIRA FASE	1. Reunião com a Direção da escola pública de sítio D'Abadia-Goiás. 2. Elaboração do desenho de pesquisa. 3. Elaboração e validação do questionário. 4. Validação de especialistas. 5. Estudo piloto do questionário.	3 meses
SEGUNDA FASE	6. Reunião com os pais da escola de Sítio D'Abadia-Goiás. 7. Aplicação dos instrumentos. 8. Coleta de informação. 9. Processamento das informações.	6 meses
TERCEIRA FASE	10. Análise dos resultados. 11. Debate. 12. Conclusões. 13. Elaboração de propostas.	6 meses

3.1.5. Contexto escolar

A relação com a comunidade escolar vem tentando ampliada e desenvolver com o envolvimento dos poucos pais, que têm se empenhado em aproximar mais do convívio escolar, participando de tarefas importantes desenvolvidas na escola, voltadas para a construção do conhecimento, do saber buscar, isso se faz por parte dos alunos, dos pais e funcionários, envolvidos no processo ensino-aprendizagem e com a esperança de cativar cada vez mais os familiares.

Quanto à estrutura física e pedagógica, a Unidade Escolar dispõe de seis salas de aula, uma biblioteca, uma sala de informática, oito sanitários para alunos, sanitário para funcionários, sala de secretaria, almoxarifado, cantina com almoxarifado, pátio (área coberta) para re-

criação, além dos recursos materiais mobiliários, (cantinho da leitura), os equipamentos didáticos pedagógicos e tecnológicos são constituídos por, retro projetor, impressoras multifuncional, vinte e sete computadores, filmadora, três televisores, duas câmeras digitais, máquina fotográfica, episcópio, caixa amplificadora e aparelho de som.

A biblioteca é hoje, um passaporte de expressão e de relacionamento. Apesar de que esta Unidade Escolar encontra-se com seu acervo de exemplares incompletos, no entanto está sendo realizada uma campanha de recolhimento das obras extraviadas e projeto em andamento para a compra de mais livros literários, com o intuito de promover a construção do saber, através do hábito da leitura e de pesquisas, facilitando o crescimento cultural e intelectual do educando.

Quantas vezes vivem-se o planejamento apenas como uma atividade a preencher papéis sem nenhuma relação com o cotidiano escolar? Sem parar para pensar e ter-se uma clara relação entre o projeto pedagógico e o planejamento, é bem possível que ambos deixem de instrumentalizar a ação coletiva, de ser um meio fundamental de gestão e acabem perdendo seu significado.

A questão administrativa apresentou na forma de gerir a escola, com a participação do Conselho Escolar, em busca de decisões coletivas. A financeira configurou-se com as possibilidades que a escola tem de administrar seus próprios recursos para atender as suas necessidades básicas.

A escola persiste em buscar melhores resultados, tendo como foco a participação contínua de todos os envolvidos no processo educacional. Para nortear todas as ações, são considerados

os princípios de igualdade para acesso e permanência na escola, a qualidade de ensino como privilégio de todos, uma gestão democrática e a valorização dos profissionais da educação.

A equipe gestora do Colégio Estadual espera que, por meio de seu PPP, a prática educativa alcance seus reais objetivos, de forma a contribuir para o sucesso da aprendizagem dos alunos e refletir o compromisso coletivo dos que buscam um ensino de qualidade.

Este Colégio Estadual foi construído em meados de 1937, com escassos recursos financeiros do Estado, conseguidos pelo Deputado Estadual Dr. João de Abreu a pedido do Sr. Francisco da Matta Lima e de sua esposa Zulmira; ambos, professores. Foram convidados pelo coronel Joaquim Gomes Ornelas, a fundarem um grupo escolar na vila D'Abadia, pois a localidade carecia desse melhoramento.

O prédio foi construído na parte alta da cidade e passou-se a chamar “Grupo Escolar Dr. João de Abreu”; quando em Março de 1938, começou-se a funcionar com apenas quatro cadeiras. Para que este funcionasse legalmente, a Secretária de Educação fez uma exigência ao professor Francisquinho; que a diretoria deveria ser exercida por uma normalista.

O professor Francisco da Mata Lima, preocupado com essa determinação, partiu, então para a *cidade* de Formosa, para pedir ajuda a seu amigo Dr. Décio, juiz de direito daquela comarca. Para sua surpresa, a filha do Dr. Décio com apenas 16 anos de idade, tinha terminado o curso normal, e se prontificou a vir para Sítio D'Abadia, para inaugurar o tão sonhado Grupo Escolar.

Ana Balduino de Souza chega à cidade, monta toda a estrutura da escola e dentro de um ano, o Grupo Escolar Dr. João de Abreu, funcionava normalmente. Esta, muito criativa movimentou a cidade. Organizando grandes eventos como peças teatrais, paradas escolares e

jogos. Os primeiros regentes de classe, além de Ana Balduino (Diretora), o acadêmico de Direito Moacir Araújo e os professores das séries iniciais: Francisco da Matta Lima e Zulmira Álvares de Queiroz Lima. Como porteiro foi nomeado o funcionário Maçu.

Com a transformação de escolas isoladas em grupos escolares, instalou-se o sistema do Curso Primário seriado e, com *ele*, novos métodos pedagógicos. Em 1940, Ana Balduino voltou-se para Formosa, sendo substituída pelas normas listas Nenzinha Guimarães, Nenzá e Dita Dutra.

Por isso, a temática abordada neste projeto de pesquisa se propõe a conhecer a relação entre família e escola e o Colégio onde realizei esta pesquisa, tendo como foco delimitador de nosso estudo Participação da família para melhor convivência escolar de seus filhos matriculados no Ensino Fundamental II (séries iniciais). A escola onde será desenvolvida a presente pesquisa está situada em Sítio da Abadia, Estado de Goiás, no Nordeste **Goiano** (Bacia do rio Paranã). Esse município foi instalado em 1850, tem 2.821 habitantes e um território de 1.598 Km², com uma densidade demográfica de 1,77 hab. por Km². O Índice de Desenvolvimento Humano corresponde a 0,617 enquanto o Índice de Gini equivale 0,560.











(Fotos retiradas do Colégio Estadual Francisco da Matta Lima em Sítio D'Abadia GO Brasil)

3.1.6. População e amostra

Como a define Tamayo y Tamayo (1997), se trata da totalidade do fenômeno a ser estudado, onde as unidades de população possuem uma característica em comum, a que se estuda e dá origem aos dados da pesquisa.

A amostra se baseia no princípio de que as partes representam o todo, de forma que reflete as características que definem a população da que foi extraída, o que indica que é representativa.

O primeiro passo de uma pesquisa é determinar a população e a amostra. De acordo com Campoy (2016) a população é o conjunto de elementos (sujeitos, objetos, entidades abstratas

etc.), finito ou infinito, definido por uma ou mais características, das que participam todos os elementos que a compõem, e somente eles. No entanto esta é a população que permite representar os resultados de uma pesquisa.

Neste caso, a população está formada pelos pais da Escola Estadual Francisco da Matta Lima (190 pais), que foram convidados mas tivemos a participação de 67 pais), tal qual se mostra na tabela abaixo.

Tabela 1: Distribuição de população e amostra

população	amostra invitada	amostra participante
198	67	35%

A diferença entre amostra invitada e amostra participante se deve a que os pais se mostraram pouco participativos devido a falta de cultura em este tipo de estudo. Se tem que superar essas reticências. Neste contexto os pais se mostram pouco participativos.

4.1 DESENHO DA PESQUISA

De acordo com o problema e os objetivos de investigação estimamos pertinentes a metodologia quantitativa para dar resposta ao problema planejado. Dentro da metodologia quantitativa aplicaremos método de coleta de dados é o questionário do tipo escala somativa Likert.

Técnicas

Para a recorrida de dados de pais se aplicou a escala tipo Likert, com cinco opções de resposta ao item para a validação da mesma se aplicará a análise fatorial como validação dos especialistas.

Fiabilidade de la escala

Para o cálculo da consistência interna (viabilidade) se utilizou alfa de Cronbach, .877 (para 23 variáveis), o que se considerou um índice muito aceitável.

Para análise quantitativa dos dados se aplicou o programa SPSS v23.

Se procedeu a eliminar los ítems Q21 y Q23. La escala queda compuesta por un total de 23 ítems y una alfa de Cronbach de ,877, lo que se considera excelente.

Tabla X. Estadísticas total elemento

	Media de escala si el elemento se ha suprimido	Varianza de escala si el elemento se ha suprimido	Correlación total de elementos corregida	Alfa de Cronbach si el elemento se ha suprimido
Q1Estou satisfeito com o que meus filhos estão estudando neste colégio	41,21	188,324	,682	,867
Q2O colégio do meu filho funciona bem	41,09	188,945	,610	,869
Q3Estou satisfeito com a qualificação do meu filho	40,92	192,933	,350	,875
Q4Estou de acordo com a qualificação do meu filho	41,11	187,481	,678	,867
Q5Estou satisfeito com a preparação que o colégio oferece aos meus filhos	41,14	189,412	,664	,868
Q6As relações dos meus filhos com os professores deveriam melhorar	41,08	194,163	,403	,874
Q7No colégio são organizadas atividades de convivência com as famílias	40,91	184,792	,681	,866
Q8No colégio são organizadas atividades de convivência com as fammílias	41,03	194,830	,367	,874
Q9No colégio há algum problema de relação com meu filho	39,91	184,792	,464	,872
Q10As normas de disciplina deveriam ser de conhecimento dos pais	41,18	185,043	,712	,866

Q11A escola propporcio- na encontro com os ais	41,11	186,281	,637	,867
Q12Em cas meus filhos não aceitam as normas estabelecidas	40,18	193,166	,235	,881
Q13Em casa deveria ha- ver mais diálogos	40,79	195,524	,287	,877
Q14As condutas violentas na escola são conhecidas pelos pais	40,65	192,231	,326	,876
Q15Ajudo meus filhos nas tarefas escolares	40,92	191,333	,433	,873
Q16Compartilho tempo com meus filhos	40,98	193,061	,413	,873
Q17Meus filhos tem con- fiança para contar-me seus problemas pessoais	40,77	189,255	,443	,873
Q18As normas de convi- vência na família são im- postas pelos pais	41,05	187,675	,629	,868
Q19Gostaria que meus filhos me contassem seus problemas do colégio	41,11	185,542	,644	,867
Q20Meu relacionamento com meus filhos devem melhorar	40,79	191,093	,369	,875
Q21Os professores tem condutas agrssivas para com os alunos	39,39	187,135	,348	,878
Q22Deveria punir mais severamente os alunos que causam problemas	40,64	192,635	,320	,877
Q25A melhor forma de resover as condutas vio- lentas é mediante castigo	40,71	189,624	,382	,875

QUESTIONÁRIO PARA PAIS SOBRE AS RELACÕES DE CONVIVÊNCIA .

Querido pai/mãe:

Este questionário faz parte de um estudo em que pretendemos conhecer sua opinião acerca das relações de convivência que há nos colégios educativos e nas famílias a fim de poder melhorá-las. Para isso solicitamos sua colaboração, pois sua opinião é muito importante.

Leia atentamente as questões acerca e responda todas as perguntas, não deixe nenhuma sem resposta.

Responda com sinceridade, pois ninguém terá acesso as suas respostas.

Obrigada por sua colabração.

DADOS GERAL

Sexo: Homem Mulher

Nível de estudos: Nenhum Primário Secundário
Ensino Médio Graduação

Agora responda a cada pergunta assinalando com um X seu nível de acordo ou desacordo segundo a seguinte escala:

- 1. Concordo Muito. 2. De acordo. 3. Indiferente. 4. Em desacordo.
5. Muito em desacordo.**

1.Estou satisfeito com o que meus filhos estão estudando neste colégio						

2.O colégio de meu filho funciona bem					
3.Estou satisfeito com a qualificação de meus filhos					
4.Estou de acordo com a atuação da equipe pedagógica					
5. Estou satisfeito com a preparação que o colégio oferece a meus filhos					
6.As relações de meus filhos com os professores deveriam melhorar					
7.No colégio são organizados atividades de convivência com as famílias					
8. No colégio ensinam meus filhos como relacionar-se positivamente.					
9.No colégio há algum problema de relação com meu filho					
10.As normas de disciplina deveriam ser de conhecimento dos pais.					
11. A escola proporciona encontros com os pais.					

12.Em casa meus filhos não aceitam as normas estabelecidas					
13.Em casa deveria a ver mais diálogo					
14.As condutas violentas na escola são conhecidas pelos pais					
15.Ajudo meus filhos nas tarefas escolares					
16. Compartilho tempo com meus filhos					
17.Meus filhos tem confiança para contar-me seus problemas pessoais					
18.As normas de convivência na família são impostas pelos pais					
19. Gostaria que meus filhos me contassem seus problemas do colégio					
20.Meu relacionamento com meus filhos devem melhorar.					

VISIÓN FAMILIA ESCUELA					
21. Meus relacionamentos com os professores devem melhorar					
22. Os professores têm condutas agressivas para com os alunos					
23. No colégio de meus filhos há alunos conflituosos					
24.Deveria punir mais duramente os alunos que causam problemas					
25.A melhor forma de resolver as condutas violentas é mediante castigo					

Querido Docente:

Este questionário faz parte de um estudo em que pretendemos conhecer sua opinião acerca das relações de convivência e participação que há nos colégios educativos e nas famílias a fim de poder melhorá-las. Para isso solicitamos sua colaboração, pois sua opinião é muito importante.

Orientador: Dr. Tomás Jesus Campoy Aranda.

Fiabilidade

A escala, inicialmente, foi configurada por 67 itens, tendo uma confiabilidade de 872 (coeficiente alfa de Cronbach), então procedeu-se a eliminar aqueles itens com valores menores que, 250 ou com índices negativos.

En consecuencia, se procedió a eliminar dos ítems Q21 y Q23. A escala está composta por um total de 23 ítems e uma alfa de Cronbach de ,877, o que se considera excelente.

Validez de la escala

Para a validez da escala se procedeu mediante o método de agregados e individuais. Para isso se utilizaram os seguintes indicadores: claridade da redação, medir-lo, indução da resposta e coerencia interna (claridad em la redacción, medir lo

eu dice medir, inducción a la respuesta y coherencia interna (ítem-dominio), ademais de um apartado para bervaciones al ítem.

FIGURA X

VALIDACIÓN ÍTEM									
ÍTEM	Claridad en la redacción		Mide lo que dice medir		Inducción a la respuesta		Coherencia interna (ítem-dominio)		OBSERVACIONE
	SÍ	NO	SÍ	NO	SÍ	NO	SÍ	No	

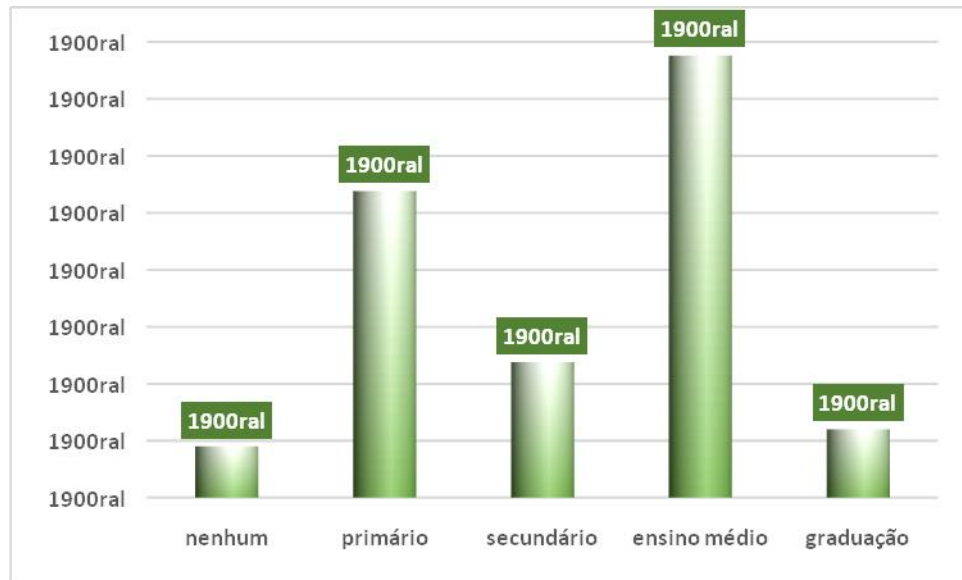
4.1.2. Caracterização da amostra

A maior parte dos participantes temo gênero feminino (77,6%); a porcentagem de homens é de 20,9. Quanto ao nível de escolaridade dos pais, 4,5% não tem estudos, 26,9% com estudos primários, 11,9% estudos secundários, 38,8% estudos com ensino médio e 6% com graduação. As mulheres tem mais estudo de ensino médio que os homens, (42,3%) que os homens (28,6%). Os homens tem mais estudos de graduação que as mulheres (14,3% e 3,8%, respectivamente).

Tabela X. Caracterização da amostra

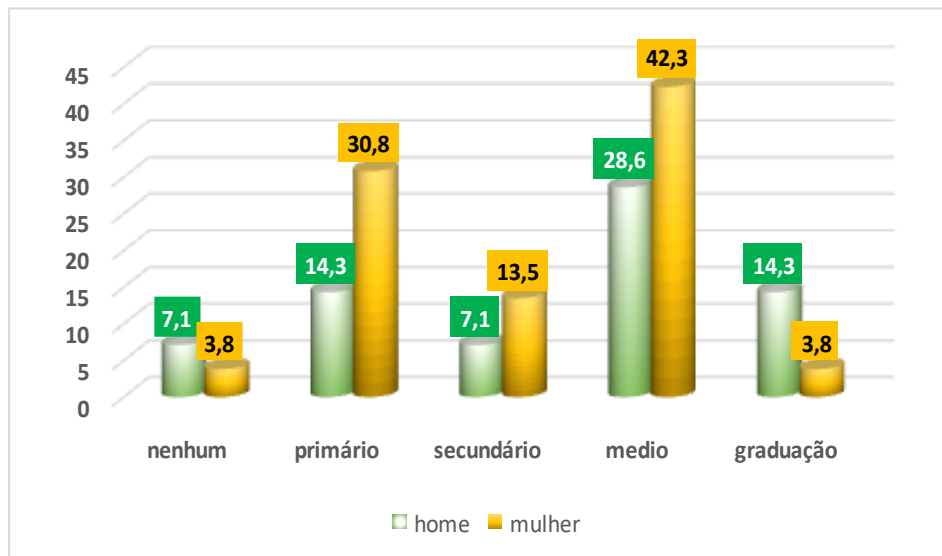
		Frequência	%	média	DE
gênero	Homem	14	20,9	1,76	,464
	Mulher	52	77,6		
nível de escolaridade	Nenhum	3	4,5	2,79	1,462
	Primário	18	26,9		
	Secundário	8	11,9		
	ensino médio	26	38,8		
	Graduação	4	6,0		

Figura X. Nível de escolaridade



Em relação ao gênero e ao nível de estudos, diferenças significativas são estabelecidas com as seguintes variáveis:

Figura 2. Nível de escolaridade por sexo



4.1.3. VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Caracterização da amostra

A maioria dos participantes tem o gênero feminino (77,6%); a porcentagem de homens é 20,9. Quanto ao nível de estudos dos pais, 4,5% não possuem estudos, 26,9% ensino fundamental, 11,9% ensino médio, 38,8% ensino médio e 6% graduação. As mulheres têm mais ensino médio do que os homens (42,3%) do que os homens (28,6%). Os homens têm mais estudos de graduação que as mulheres (14,3% e 3,8%, respectivamente).

Tabla X. Caracterização da amostra

		frecuencia	%	media	DE
Gênero	hombre	14	20,9	1,76	,464
	mujer	52	77,6		
nivel de escolaridade	Nenhum	3	4,5	2,79	1,462
	primário	18	26,9		
	secundário	8	11,9		
	ensinomédio	26	38,8		
	graduação	4	6,0		

Figura X. Nível de escolaridade

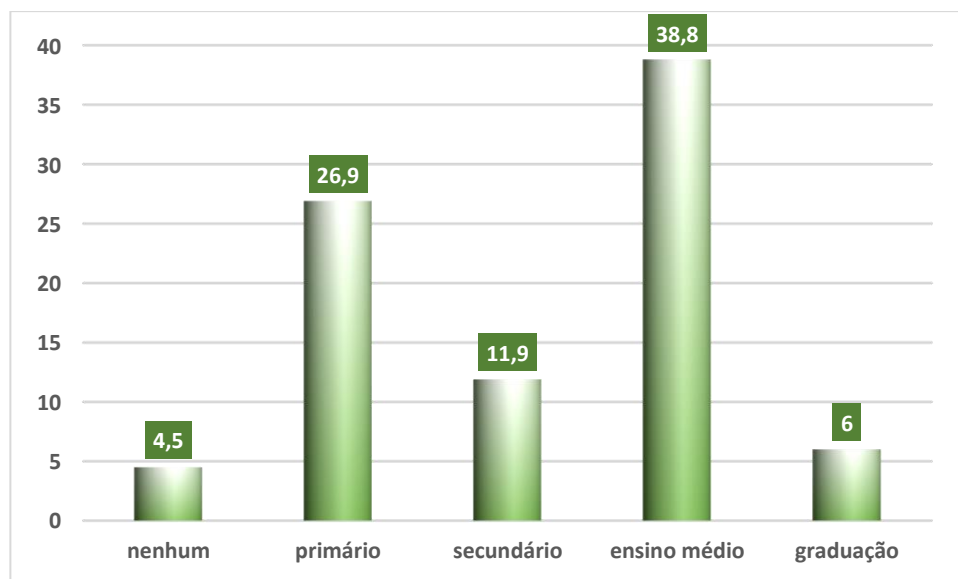


Figura X. Nível de escolaridade por sexo

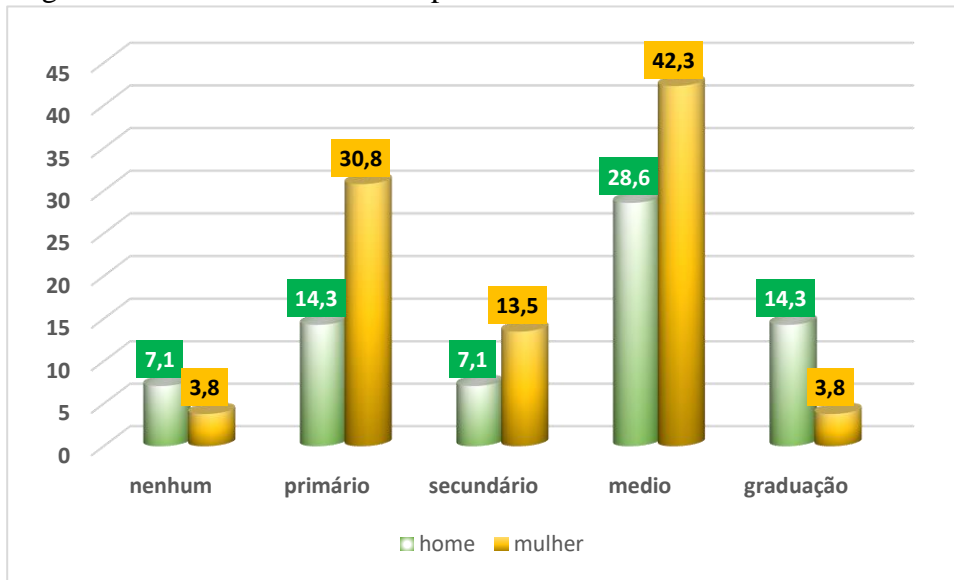


Tabla X. Estatísticas de total elemento (eliminación ítems)

	Correlação total de elementos corregida	Alfa de Cronbach si el elemento se ha suprimido
Q1Estou satisfeito com o que meus filhos estão estudando neste colégio	,682	,867
Q2O colégio do meu filho funciona bem	,610	,869
Q3Estou satisfeito com a qualificação do meu filho	,350	,875

Q4Estou de acordo com a qualificação do meu filho	,678	,867
Q5Estou satisfeito com a preparação que o colégio oferece aos meus filhos	,664	,868
Q6As relações dos meus filhos com os professores deveriam melhorar	,403	,874
Q7No colégio são organizados atividades de convivência com as famílias	,681	,866
Q8No colégio são organizados atividades de convivência com as famílias	,367	,874
Q9No colégio há algum problema de relação com meu filho	,464	,872
Q10As normas de disciplina deveriam ser de conhecimento dos pais	,712	,866
Q11A escola proporciona encontro com os pais	,637	,867
Q12Em casa meus filhos não aceitam as normas estabelecidas	,235	,881
Q13Em casa deveria haver mais diálogos	,287	,877
Q14As condutas violentas na escola são conhecidas pelos pais	,326	,876
Q15Ajudo meus filhos nas tarefas escolares	,433	,873
Q16Compartilho tempo com meus filhos	,413	,873
Q17Meus filhos tem confiança para contar-me seus problemas pessoais	,443	,873
Q18As normas de convivência na família são impostas pelos pais	,629	,868
Q19Gostaria que meus filhos me contassem seus problemas do colégio	,644	,867
Q20Meu relacionamento com meus filhos devem melhorar	,369	,875
Q21Os professores tem condutas agressivas para com os alunos	,348	,878
Q22Deveria punir mais severamente os alunos que causam problemas	,320	,877
Q23A melhor forma de resolver as condutas violentas é mediante castigo	,382	,875

Validez: Análises Factorial

Então, a análise fatorial é realizada. Em princípio, obtemos o índice KMO, o teste de esfericidade de Bartlett e sua significância.

Como você pode ver, os indicadores são favoráveis para a realização da análise fatorial.

A decisão é feita para agrupar as variáveis em torno de dois fatores (54,776% da variância).

Tabla X. Prueba de KMO y Bartlett

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adecuación de muestreo		,773
Prueba de esfericidad de	Aprox. Chi-cuadrado	970,234
Bartlett	Gl	253
	Sig.	,000

Figura X. Gráfico de sedimentação

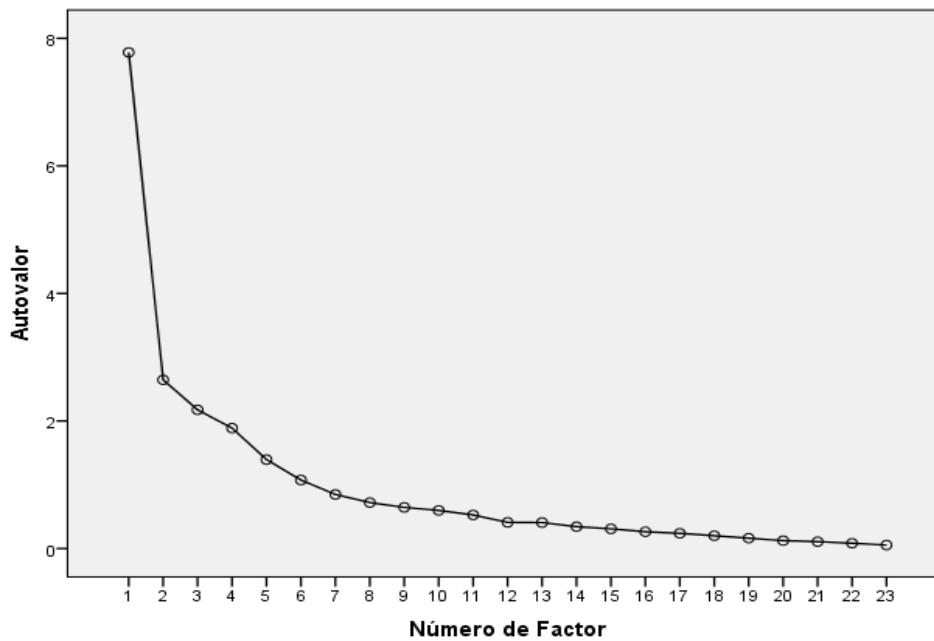


Tabla X. Matriz de estrutura

	Factor	
	1	2
Q1Estou satisfeito com o que meus filhos estão estudando neste colégio	,908	,301
Q2O colégio do meu filho funciona bem	,845	,307
Q3Estou satisfeito com a qualificação do meu filho	,367	,296
Q4Estou de acordo com a qualificação do meu filho	,927	,247
Q5Estou satisfeito com a preparação que o colégio oferece aos meus filhos	,870	,372
Q6As relações dos meus filhos com os professores deveriam melhorar	,415	,010
Q7No colégio são organizados atividades de convivência com as famílias	,742	,267
Q8No colégio são organizados atividades de convivência com as famílias	,441	,019
Q9No colégio há algum problema de relação com meu filho	,355	,120
Q10As normas de disciplina deveriam ser de conhecimento dos pais	,865	,344
Q11A escola proporciona encontro com os pais	,762	,391
Q12Em casa meus filhos não aceitam as normas estabelecidas	,033	,414
Q13Em casa deveria haver mais diálogos	,177	,199
Q14As condutas violentas na escola são conhecidas pelos pais	,221	,364
Q15Ajudo meus filhos nas tarefas escolares	,260	,831
Q16Compartilho tempo com meus filhos	,285	,833
Q17Meus filhos tem confiança para contar-me seus problemas pessoais	,400	,594
Q18As normas de convivência na família são impostas pelos pais	,671	,469
Q19Gostaria que meus filhos me contassem seus problemas do colégio	,663	,345
Q20Meu relacionamento com meus filhos devem melhorar	,176	,185
Q21Os professores tem condutas agressivas para com os alunos	,036	,350
Q22Deveria punir mais severamente os alunos que causam problemas	,203	,147
Q23A melhor forma de resolver as condutas violentas é mediante castigo	,256	,238

Método de extracção: máxima verosimilitud.

Método de rotação: Promax con normalización Kaiser.

Tabla X. Matriz estruturada definitiva

	Factor	
	1	2
Q1Estou satisfeito com o que meus filhos estão estudando neste colégio	,908	,301
Q2O colégio do meu filho funciona bem	,845	,307
Q3Estou satisfeito com a qualificação do meu filho	,367	,296
Q4Estou de acordo com a qualificação do meu filho	,927	,247

Q5Estou satisfeito com a preparação que o colégio oferece aos meus filhos	,870	,372
Q6As relações dos meus filhos com os professores deveriam melhorar	,415	,010
Q7No colégio são organizados atividades de convivência com as famílias	,742	,267
Q8No colégio são organizados atividades de convivência com as famílias	,441	,019
Q9No colégio há algum problema de relação com meu filho	,355	,120
Q10As normas de disciplina deveriam ser de conhecimento dos pais	,865	,344
Q11A escola proporciona encontro com os pais	,762	,391
Q12Em casa meus filhos não aceitam as normas estabelecidas	,033	,414
Q13Em casa deveria haver mais diálogos	,177	,199
Q14As condutas violentas na escola são conhecidas pelos pais	,221	,364
Q15Ajudo meus filhos nas tarefas escolares	,260	,831
Q16Compartilho tempo com meus filhos	,285	,833
Q17Meus filhos tem confiança para contar-me seus problemas pessoais	,400	,594
Q18As normas de convivência na família são impostas pelos pais	,671	,469
Q19Gostaria que meus filhos me contassem seus problemas do colégio	,663	,345
Q20Meu relacionamento com meus filhos devem melhorar	,176	,185
Q21Os professores tem condutas agressivas para com os alunos	,036	,350
Q22Deveria punir mais severamente os alunos que causam problemas	,203	,147
Q23A melhor forma de resolver as condutas violentas é mediante castigo	,256	,238

Tabla X. Saturación de los ítems en los factores obtenidos

	Factor	
	1	2
Q1Estou satisfeito com o que meus filhos estão estudando neste colégio	,908	
Q2O colégio do meu filho funciona bem	,845	
Q3Estou satisfeito com a qualificação do meu filho	,367	
Q4Estou de acordo com a qualificação do meu filho	,927	
Q5Estou satisfeito com a preparação que o colégio oferece aos meus filhos	,870	
Q6As relações dos meus filhos com os professores deveriam melhorar	,415	
Q7No colégio são organizados atividades de convivência com as famílias	,742	
Q8No colégio são organizados atividades de convivência com as famílias	,441	
Q9No colégio há algum problema de relação com meu filho	,355	
Q10As normas de disciplina deveriam ser de conhecimento dos pais	,865	
Q11A escola proporciona encontro com os pais	,762	
Q18As normas de convivência na família são impostas pelos pais	,671	
Q19Gostaria que meus filhos me contassem seus problemas do colégio	,663	
Q22Deveria punir mais severamente os alunos que causam problemas	,203	
Q23A melhor forma de resolver as condutas violentas é mediante castigo	,256	
Q12Em casa meus filhos não aceitam as normas estabelecidas		,414

Q13Em casa deveria haver mais diálogos		,199
Q14As condutas violentas na escola são conhecidas pelos pais		,364
Q15Ajudo meus filhos nas tarefas escolares		,831
Q16Compartilho tempo com meus filhos		,833
Q17Meus filhos tem confiança para contar-me seus problemas pessoais		,594
Q20Meu relacionamento com meus filhos devem melhorar		,185
Q21Os professores tem condutas agressivas para com os alunos		,350

ANÁLISES QUANTITATIVO DOS DADOS

A análise estatística foi realizada com o programa SPSS v.23, e o nível de significância foi estabelecido em $p < 0,05$. Os dados são mostrados por frequências, porcentagens, médias, desvio padrão (SD). O teste do qui-quadrado tem sido utilizado para estabelecer diferenças significativas entre as variáveis.

DIMENÇÃO I: RELAÇÃO FAMÍLIA E COLÉGIO

Tabla X. Datos descriptivos

	concordomuito	de acordo	Indiferente	en desacordo	muito en desacordo	media	DE*
Q1	70,1	23,9	1,5	-	4,5	1,45	,909
Q2	57,3	37,3		1,5	4,5	1,57	,973
Q3	47,8	31,3	3,0	6,0	6,0	1,73	1,213
Q4	59,7	29,9	4,5	-	4,5	1,55	,958
Q5	53,7	38,8	-	1,5	3,0	1,52	,877
Q6	43,3	40,3	1,5	6,0	1,5	1,60	,986
Q7	46,3	32,8	4,5	10,4	1,5	1,75	1,092
Q8	50,7	38,8	-	3,0	4,5	1,63	1,013
Q9	22,4	22,4	11,9	23,9	14,9	2,73	1,523
Q10	61,2	26,9	-	3,0	4,5	1,49	1,035
Q11	56,7	31,3	-	1,5	6,0	1,55	1,077
Q12	53,7	32,8	4,5	1,5	4,5	1,61	1,014
Q13	61,2	22,4	3,0	4,5	4,5	1,55	1,105
Q14	49,3	28,4	3,0	10,4	9,0	2,01	1,331
Q15	47,8	25,4	3,0	10,4	9,0	1,94	1,391

DE desviación estándar

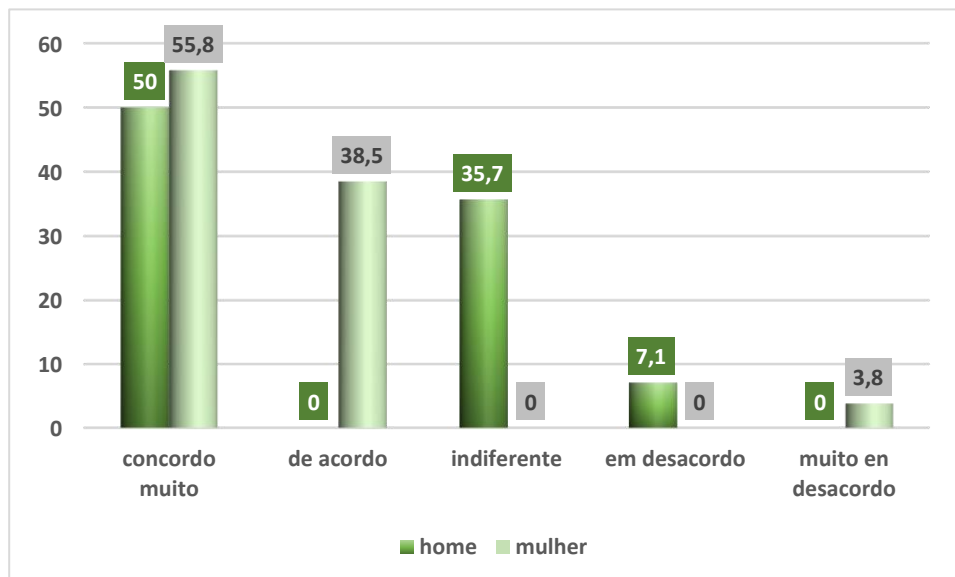
Nos ítems em que há maior grau de concordância, a satisfação dos pais com a escola onde seus filhos estudam (94,0%), os pais exigem maior conhecimento das regras de disciplina escolar (88,1%), desejo dos pais que as crianças relatam seus problemas escolares (83,6%) e concordam com os graus de seus filhos (89,6%).

Os itens em que há menos concordância são na escola, há um problema com meu filho (44,8%) e deve ser punido mais para as crianças que causam problemas na escola (77,4%) e a melhor maneira de resolver o problema. Comportamento violento é através de punição (73,2%).

Em relação ao gênero e ao nível de estudos, diferenças significativas são estabelecidas com as seguintes variáveis:

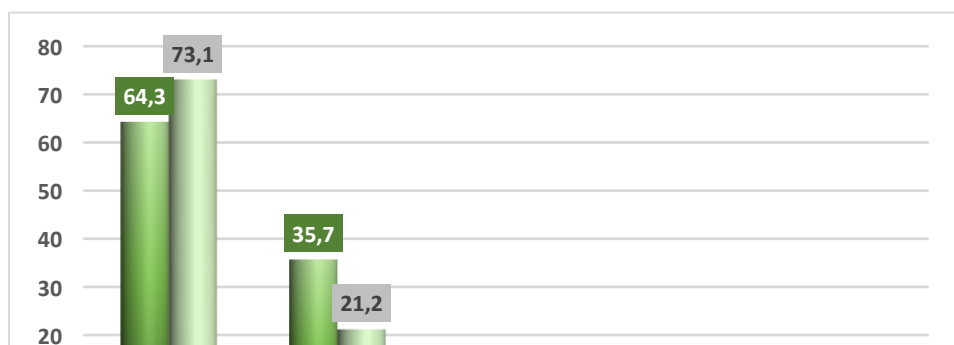
Q1 (qui-quadrado, $p < 0,001$), as mulheres estão mais satisfeitas do que os homens com a escola de seus filhos (94,3%, respectivamente (85,7%).) Pais com educação secundária são aqueles que são mais satisfeito.

Figura 1. Satisfação com o colégio



Q2 (qui-quadrado, $p < 0,001$), os homens estão mais satisfeitos do que as mulheres com o funcionamento da escola da criança (100%, respectivamente (94,3%).) Os pais com educação secundária são aqueles que são mais de acordo

Figura 2. Funcionamento do colégio



Q3 (qui-quadrado, $p < 0,005$), as mulheres estão mais satisfeitas do que os homens com as qualificações de seus filhos (82,7%, respectivamente, 71,4%).

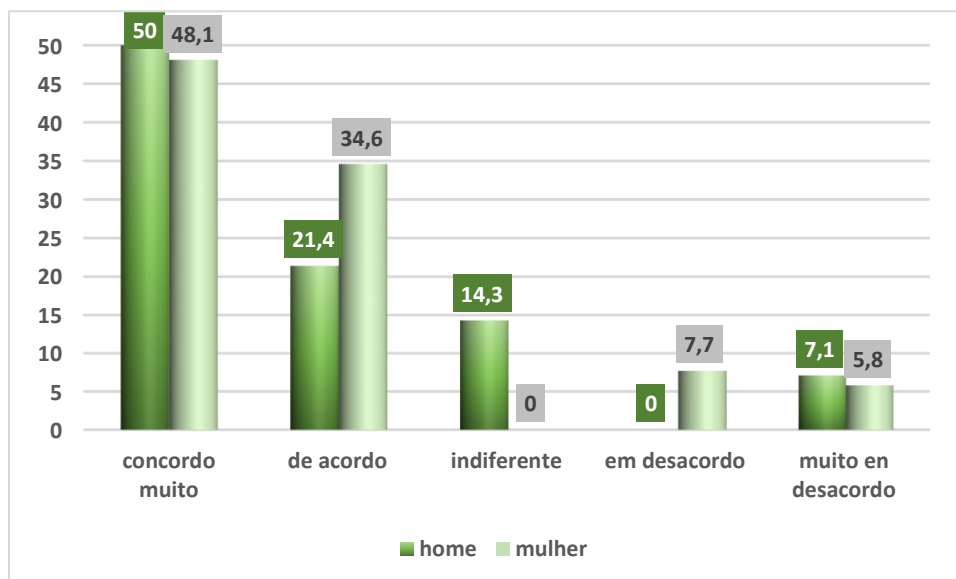
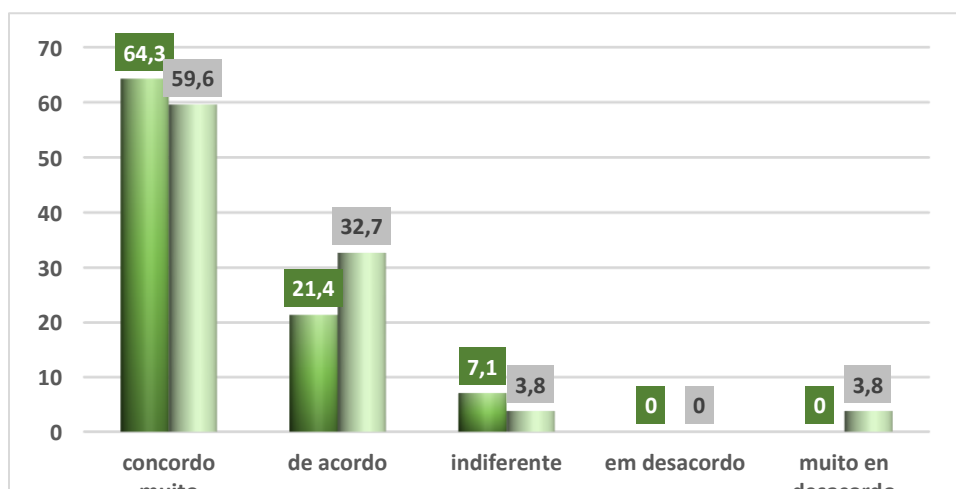


Figura 3. Avaliação dos filhos

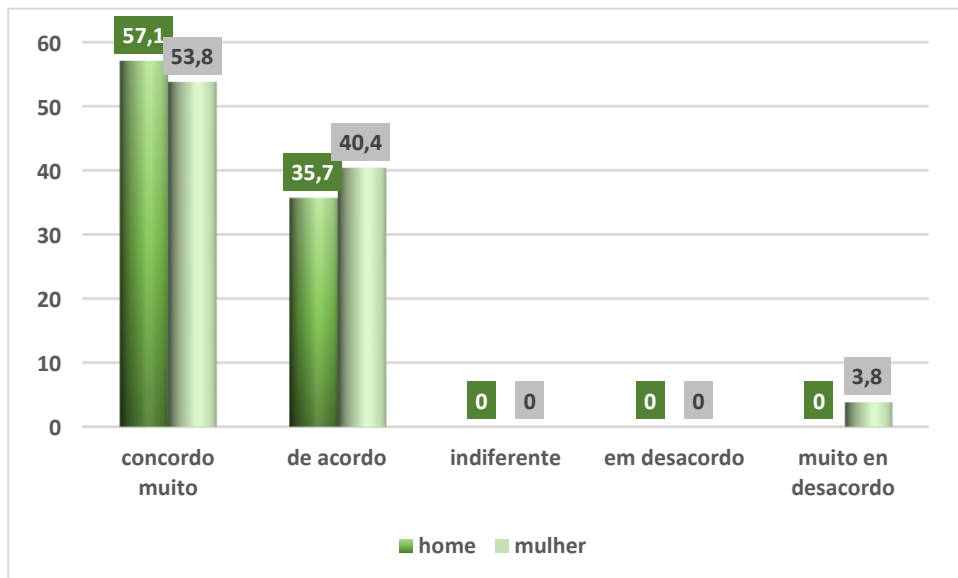
Q4 (qui-quadrado, $p < 0,001$), as mulheres valorizaram mais que os homens o desempenho da equipe pedagógica da escola (92,3% respectivamente 85,7%). Os pais sem estudos e com nível secundário são os que mais concordam.

Figura 4. Valorização da equipe pedagógica



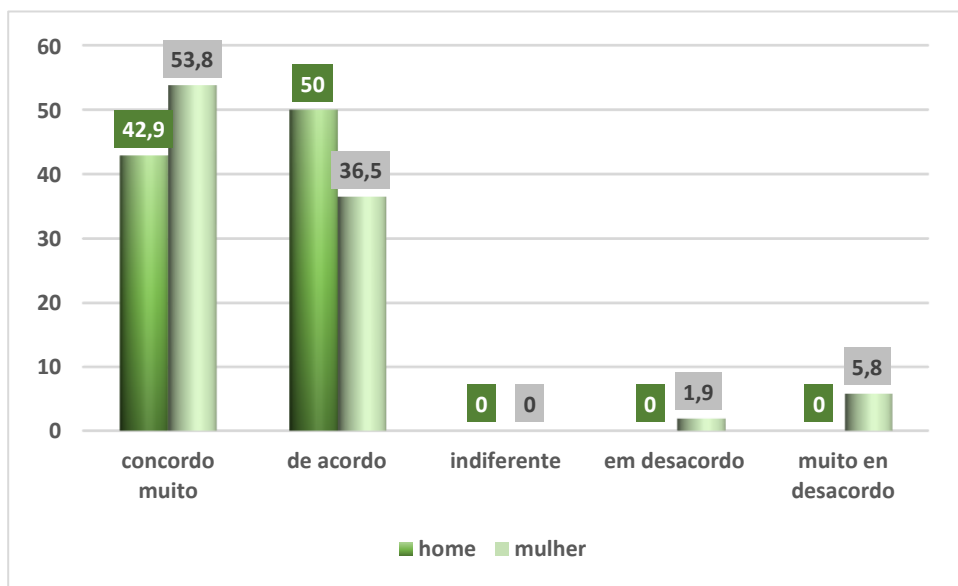
Q5 (qui-quadrado, $p < 0,000$), as mulheres valorizam mais que os homens a preparação que seus filhos recebem na escola (94,23%, respectivamente, 92,8%).

Figura 5. Valorização preparação colégio



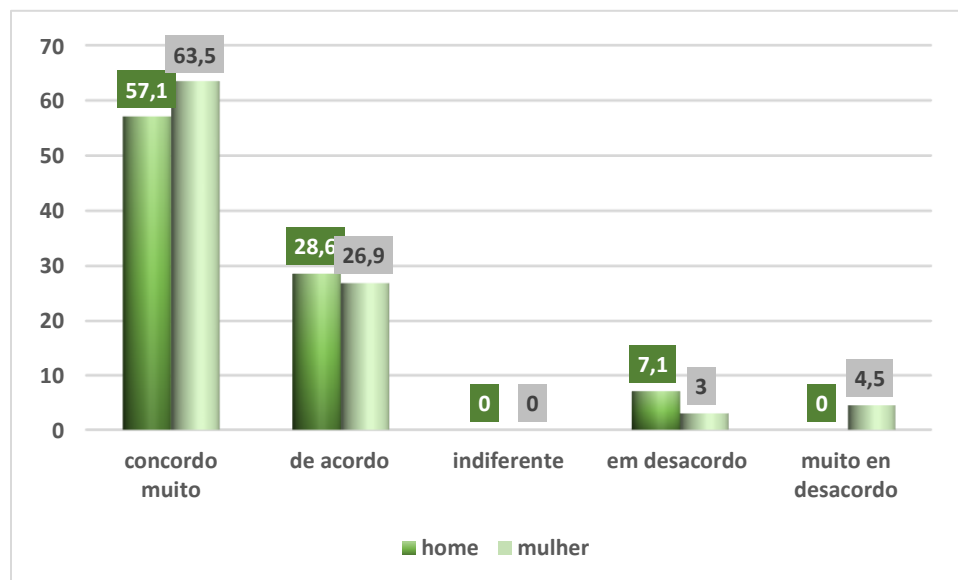
Q8 (qui-quadrado, $p < 0,000$), os homens pensam mais que as mulheres que a escola realiza atividades com as famílias (92,9% e 90,3%, respectivamente).

Figura 6. Atividades com as famílias



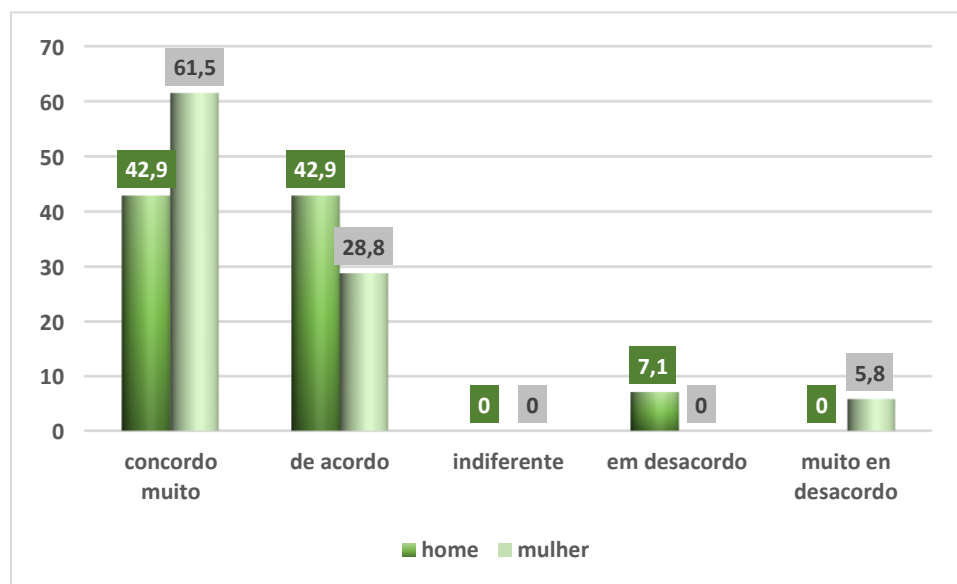
Q10 (qui-quadrado, $p < 0,003$), as mulheres estão mais de acordo do que os homens que as regras da disciplina escolar devem ser do conhecimento dos pais (90,4%, respectivamente, 85,7%). Pais com um nível de ensino médio concordam mais.

Figura 7. Conhecimento das normas do colégio



Q11 (qui-quadrado, $p < 0,005$), as mulheres estão mais de acordo do que os homens que a escola oferece mais encontros com os pais (50,0%, respectivamente, 90,3%).

Figura 8. Reuniões com os pais



Q12 (qui-quadrado, $p < 0,003$), as mulheres estão mais de acordo que os homens que as regras de convivência na família são impostas pelos pais (85,7 respectivamente 88,5%).

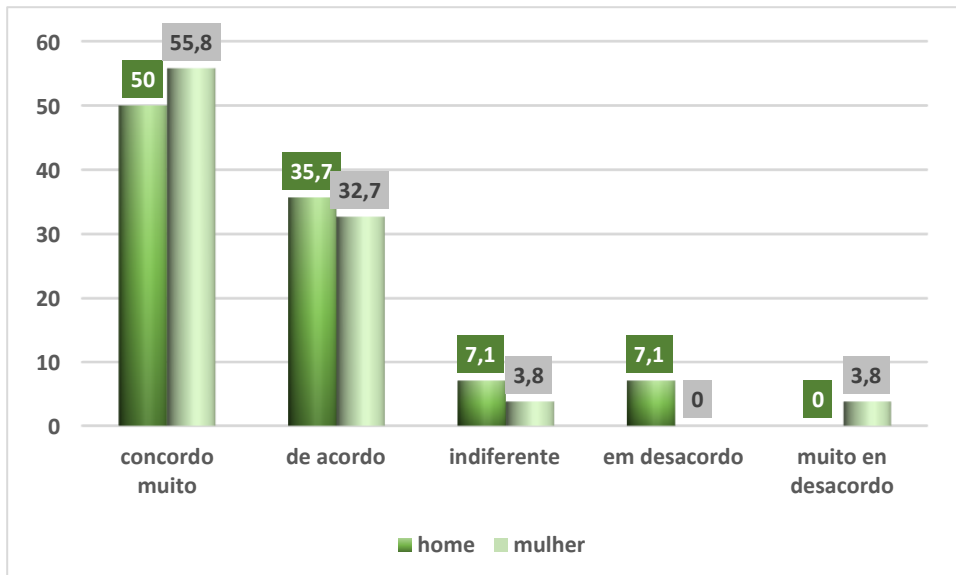
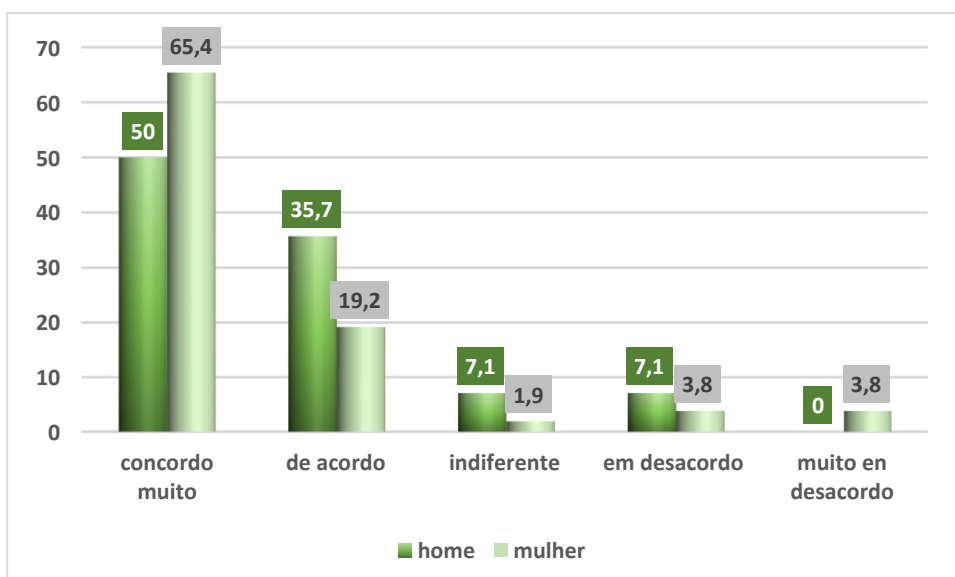


Figura 9. Normas convivência família

Q13 (qui-quadrado, $p < 0,004$), os homens estão mais de acordo do que as mulheres que lhes diziam que seus filhos contavam coisas da escola (85,7 respectivamente 84,5%). Deve-se notar que as mulheres são “mais do que são” (65,4%, respectivamente, 50%). Os pais com educação secundária são os que mais concordam. Pais com estudos do ensino médio são os que mais concordam.

Figura 10. Confiança com os filhos



DIMENSIÓN II: RELACIONES FAMILIARES

Tabla X. Datos descriptivos

	Concordo muito	de acordo	indiferente	em desacordo	muito em desacordo	media	DE*
V16	37,3	17,9	6,0	17,9	17,9	2,52	1,627
V17	44,8	38,8	1,5	7,5	6,0	1,87	1,166
V18	42,4	31,8	6,1	6,1	10,6	2,02	1,353
V19	50,7	31,3	6,0	3,0	6,0	1,73	1,136
V20	53,0	23,7	9,1	4,5	3,0	1,68	1,055
V21	52,2	25,4	4,5	10,4	6,0	1,88	1,262
V22	50,7	26,9	4,5	6,0	9,0	1,87	1,313
V23	19,4	10,4	4,5	28,4	31,3	3,24	1,715

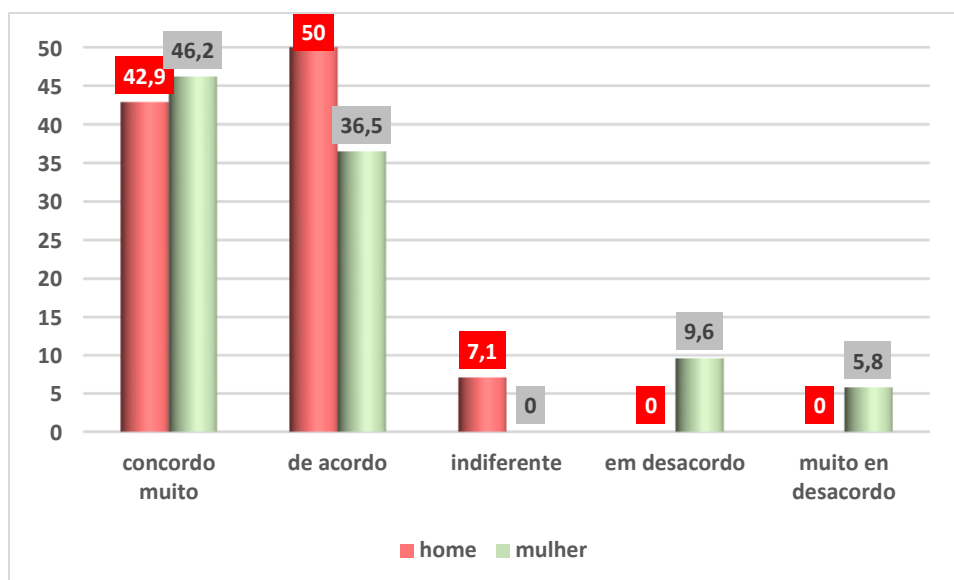
DE desviación estándar

Nos itens em que há maior concordância na casa, deve haver mais diálogo (83,6%), o comportamento violento na escola é conhecido pelos pais (82,0%) e ajuda as crianças nas tarefas escolares (77,6%).

Nos itens em que há menor nível de concordância, os professores possuem comportamentos agressivos com as crianças (29,8%) e em casa as crianças não aceitam as normas estabelecidas (55,2%).

Em relação ao gênero e ao nível de estudos, diferenças significativas são estabelecidas com as seguintes variáveis:

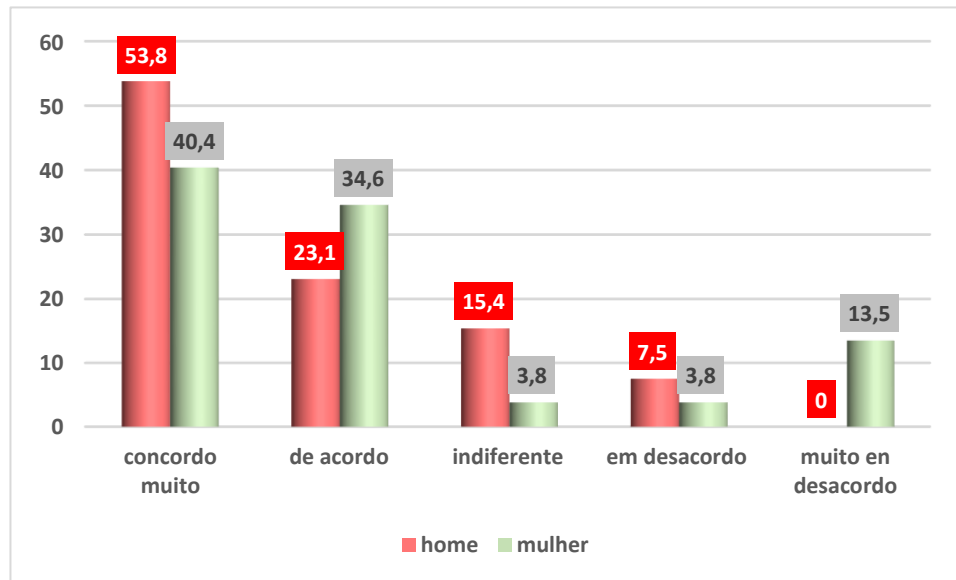
Figura X. Diálogo em casa



V17 (qui-quadrado, $p < 0,013$), os homens reconhecem que na casa deve haver mais diálogo (92,9%), mulheres (82,7%).

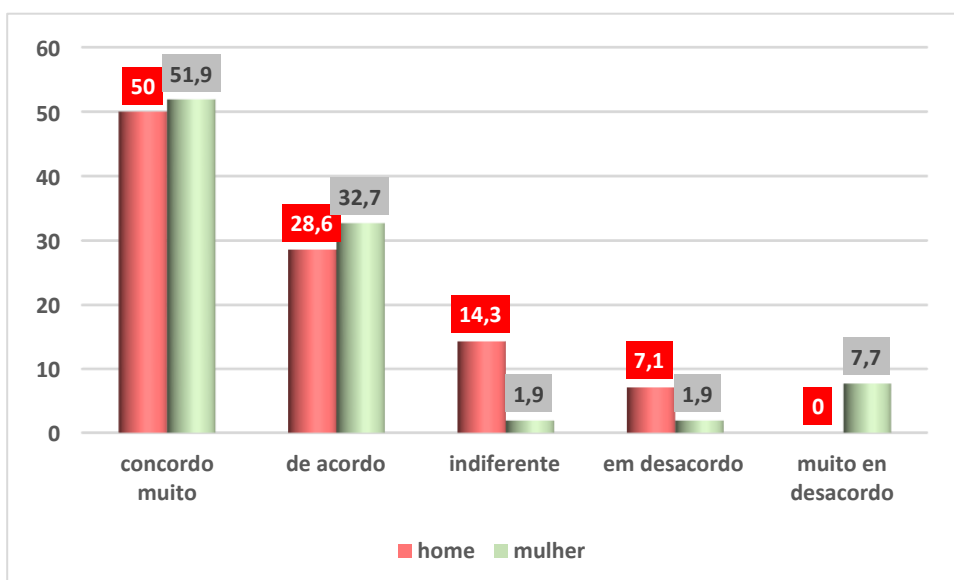
Em relação ao gênero e ao nível de estudos, diferenças significativas são estabelecidas com as seguintes variáveis:

Figura X. Conhecer condutas violentas



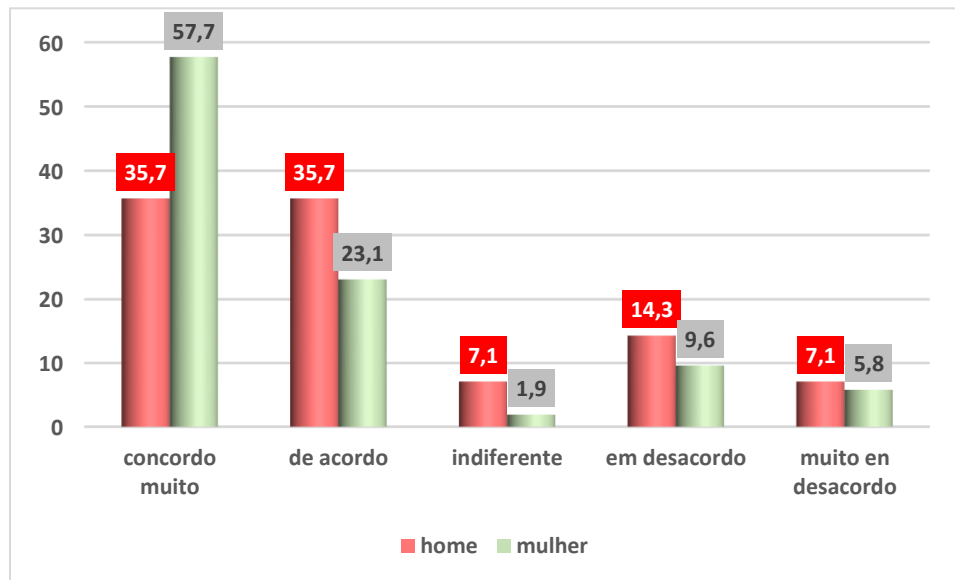
V18 (qui-quadrado, $p < 0,018$), os homens pensam que o comportamento violento na escola deve ser conhecido pelos pais (76,9%); mulheres (75,0%).

Figura X. Ajuda nas tarefas escolares



V19 (qui-quadrado, $p < 0,018$), as mães dizem que ajudam seus filhos nas tarefas escolares (84,6%), em comparação aos pais (78,6%). Os pais com ensino médio são os que mais dão essa ajuda aos filhos ($p < 0,23$).

Figura X. Confiança com os pais



V21 (qui-quadrado, $p < 0,006$), as mães afirmam que seus filhos têm confiança para falar sobre seus problemas pessoais (80,8), comparados aos seus pais (71,4%).

CONCLUSÕES

A continuação apresenta as conclusões em função das dimensões do questionário, além da percepção em função do gênero.

EM FUNÇÃO DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA.

Em função família e colégio.

Principais pontos de acordo:

1. Os pais estão satisfeitos com o colégio de seu filho. Os pais com nível secundário estão mais de acordo.
2. Os pais estão satisfeitos com o colégio de seu filho. Os homens estão mais satisfeitos.
3. Os pais estão satisfeitos com a qualidade educacional de seus filhos. As mulheres estão mais satisfeitas com a qualificação de seus filhos.
4. Os pais valorizam o trabalho da equipe pedagógica. Os pais com menos estudos são os que mais valorizam.
5. Os pais valorizam a preparação com que seus filhos são recebidos no colégio. As mulheres são as que mais valorizam.
6. O colégio realiza atividades com as famílias. Os homens são os que mais concordam.
7. As normas de disciplina do colégio devem ser de conhecimento dos pais. Os pais com nível secundário são os que mais concordaram com essa posição.
8. A escola proporciona reuniões com os pais. As mulheres são as que mais estão de acordo.
9. As normas de convivência na família são impostas pela família. As mulheres são as que mais concordam.
10. Os filhos contam aos pais sobre as coisas que acontecem no colégio. As mulheres e os pais com estudos secundários são os que mais estão de acordaram.

Em função das relações familiares.

Principais pontos de acordo:

1. Em casa deve haver mais diálogo. Os pais estão mais de acordo.
2. As condutas violentas no colégio devem ser conhecidas pelos pais. Os pais estão mais de acordo.
3. Os pais ajudam seus filhos nas tarefas escolares. Os pais com nível secundário ajudam mais seus filhos nas tarefas escolares.

4. Gostaria que meus filhos me contassem seus problemas do colégio. Os filhos tem mais confiança para conversar com suas mães.

Principais pontos de desacordo:

1. Os professores tem condutas agressivas com os filhos.
2. Em casa, os filhos não aceitam as normas estabelecidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados encontrados na pesquisa, permite-nos uma reflexão crítica relacionada ao contexto, família e escola, aos quais são imprescindíveis ao desenvolvimento humano em sociedade e em consonância há várias leis que garantem a acessibilidade de todos na educação básica, onde a família é a parceira primordial das crianças na escola.

A instituição escolar pesquisada, sabedora dos direitos adquiridos por lei, procura dentro do possível atender todas as exigências de qualidade fazendo jus a sua administração e ao cumprimento da lei.

Observou-se nesse estudo que a maioria das famílias não tem uma herança cultural considerável, portanto, tem a visão “superficial” da necessidade desse ambiente pedagógico para seus filhos mesmo sabendo que, a ascensão social depende desse estudo sistematizado.

Nesse sentido, percebe-se que a instituição escolar é vista como detentora de conhecimentos, diante das famílias, e que ainda há uma grande desigualdade financeira e cultural nas famílias pesquisadas, fazendo com que estas se tornem dependentes da instituição escolar.

Nos encontros realizados, na escola campo e com as famílias, percebe-se que o desenvolvimento no rendimento escolar tem dependência e parceria com os pais, porém este ainda precisa ser melhorado, tendo maior organização pelo setor pedagógico e de forma específica pelos professores.

A presença dos pais na escola, não é considerada boa, está melhorando em comparação a anos anteriores, e esta mudança se dá através da comunicação que o grupo gestor vem trabalhando e informando às famílias sobre a importância de sua participação no desenvolvimento escolar do filho.

Em análise, a história e herança cultural das famílias “maioria”, já é notável à comunidade escolar, mudanças nesse ambiente de ensino, e isso se deve também comprometimento dos profissionais envolvidos na educação.

Em consonância com a pesquisa realizada no Colégio Estadual onde foi realizada a pesquisa, Ribeiro e Andrade apud Andrade; Cruz e Zago apresentam pais que revelam valorizar sim, a escolarização dos filhos. Mesmo diante de déficit cultural, não sabendo como proceder de maneira correta, os pais pesquisados revelam essa percepção de essencialidade de conhecimentos acadêmicos para um bom desenvolvimento social.

Diante da difícil situação financeira e baixa escolaridade, pode ser visto uma dificuldade maior entre estas famílias, tanto em condições materiais, quanto em esclarecimento para com seus procedimentos em relação à ajuda com o para casa, em domínio ao filho e sua frequência escolar, sendo o estudo “visto por alguns”, como perda de tempo e regalia, a pesar da contradição no questionário.

Em análise entre as diversas classes sociais, podemos perceber de forma geral, que para se ter um aluno com bons rendimentos escolares é preciso que: a valorização aos conhecimentos sistematizados seja percebida, reconhecida e praticada através da convivência assíduo dos pais no ambiente escolar do filho e do desempenho do seu papel de educador.

Claro que a pesquisa não aborda todas as complexidades existentes, que venham a servir de barreira, porém esclarece alguns tópicos que nos ajuda a entender esse processo. Nesse sentido, é perceptível que a questão do não ter uma renda mensal ou diplomas, não é justificativo para desempenhar o seu papel como responsável de uma criança. E com a execução dos papéis de cada uma das instituições responsáveis podemos ter uma sociedade justa e coerente ao determinado pela nossa Constituição Federal que garante direito igual, entre os cidadãos.

O uso da escala somativa de Likert é justificativo pela facilidade de seu uso, além de aparecer descrita com mais frequência em numerosas fontes que quase nem apresentam outros métodos (Morales, 2000, p.48):

Nas escalas somativas (Likert) os itens: 1) é utilizado para demonstrar a total concordância com a questão apresentado; 2) indica que está de acordo de maneira moderada, equilibra da.; 3) trás uma posição de indiferença em relação ao questionamento exposto; 4) é utilizada para demonstrar que está em desacordo com o proposto; e o 5) demonstra uma total insatisfação à pergunta realizada, ou seja, está muito em desacordo.

O objetivo da escala Likert não pretende determinar o valor de escala das questões, tal como pretende Thurstone, mas sim verificar o nível de concordância do sujeito com uma série de afirmações que expressam algo favorável ou desfavorável em relação a um objeto psicológico (Campoy, 2016).

2. Desenho do questionário

Nesta fase foram consideradas as potencias das dimensões da escala (análise exploratória)” A finalidade da Análise Exploratória de Dados (AED) é examinar os dados previamente à aplicação de qualquer técnica estatística. Desta forma o analista consegue um

entendimento básico de seus dados e das relações existentes entre as variáveis analisadas.”(Wikipedia, 2018) . Já que esta esta explicativa no espaço de conteúdo, foram detalhados os aspectos concretos de cada tópico. Diante disso levou-se em consideração relação estruturada das variáveis que quantifica o questionário e as perguntas necessárias para cada.

Inicia-se , com um número de questões suficientes para eliminar aquelas em que o aporte de confiabilidade do instrumento é Baixa.

Em uma segunda fase, partimos da análise fatorial confirmatória para, posteriormente configurar o questionário mediante a análise exploratória.

Em princípio foram identificados os indicadores, um total de duas dimensões, a saber: um primeiro fator constituído por 10 itens (visão da Família/escola), um segundo fator formado por 04 itens (percepção dos Docentes à família) .

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS FINAIS

Os resultados apresentados nos permite uma reflexão sobre como está construída a convivência entre as instituições, família e escola. Uma vez que, de acordo com a literatura à família cabe orientar, educar seu filho na função de sujeito quanto ao desenvolvimento e comportamentos, aceitos na sociedade e à escola a socialização e o conhecimento sistematizado.

Escola e família são instituições diferentes, porém com objetivos comuns e importantíssimos que é o de preparar a criança/adolescente para um bom convívio e desenvolvimento na sociedade.

Ao observar a história da relação de convivência família e escola ao longo dos anos, nota-se a utilização de práticas educativas que tem como determinantes, regras ditadas pela soci-

idade, pela função psicológica da família e do próprio sujeito através de movimentos de culpabilização pela ausência de responsabilidades pelas partes.

A heterogeneidade diante das práticas educacionais ainda é um enigma a se desvendado, uma vez que através da pesquisa realizada ambas partes, família e professores, demonstram atitudes positivas em suas ações.

Os professores denunciam muita falta da participação dos pais, na convivência escolar, demonstrando não haver um melhor rendimento escolar por falta deste suporte e que quando acontece é por uma mínima parte e, às vezes, ainda de forma inadequada.

Já os pais, demonstraram muita satisfação e confiança na convivência dos professores para com seus filhos, dizendo que não tem problemas anormais e apoiando as atitudes dos profissionais da educação.

Levando-se em consideração que esta pesquisa foi realizado, na instituição escolar e, apesar de que os pais foram instruídos a serem verdadeiros com suas respostas não se deixando influenciar por algo.

A opinião dos pais e professores demonstram opiniões contrárias diante do convívio escolar entre ambos, algo intrigante e que se faz necessário continuar com o estudo.

A educação é direito de todos, e como foi citado acima, a escola é composta por crianças vindas de famílias com formações, culturas e oportunidades diferentes, fazendo-se necessário que a escola tenha esse olhar diferenciado apesar de ser mais uma função a ela cobrada, porém os atores escolares tem mais acesso a essa visão e oportunizando uma melhora educacional através da equidade.

Diante desta reflexão podemos chegar a conclusão de que tanto a escola quanto a família tem responsabilidades específicas para influenciar o bom convívio da criança, são áreas de

ajuda educacional diferenciadas, de extrema necessidade e que se faz urgência selar parcerias entre ambas, uma vez que a escola tem acesso ao entendimento pedagógico, psicológico e de conteúdo, ou seja, entende-se que tem um preparo para lidar com esse mediar conhecimentos “conteúdos” para trabalhar com esta criança, por outro lado temos diversos modelos de famílias que são complexas, e por muitas vezes esses pais não estão preparados para auxiliar a vida escolar dos seus filhos “que é sua responsabilidade”, gerando assim transtornos que afetam a convivência para os profissionais da educação e para os pais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de campo foi realizada num Colégio Estadual de médio porte, público, única escola estadual de Sítio D'Abadia-Go, esta escola oferece todas as modalidades educação básica, exigida pela lei, nos três turnos.

Este estudo foi contemplado com informações de pais dos alunos, através de questionários quantitativos aos pais conversas informais e documentos fornecidos pela escola.

Toda a informação contida neste estudo tem a devida autorização, dos autores, com o termo de consentimento devidamente esclarecido.

Diante dos resultados encontrados na pesquisa nos permitem uma reflexão crítica relacionada aos dois contextos, família e escola aos quais são imprescindíveis ao desenvolvimento humano em sociedade e em consonância há várias leis que garantem a acessibilidade de todos na educação básica, onde a família é a parceira primordial das crianças na escola.

A instituição escolar pesquisada, sabedora dos direitos adquiridos por lei, procura dentro do possível atender todas as exigências de qualidade fazendo jus a sua administração e ao cumprimento da lei.

Observou-se nesse estudo que a maioria das famílias não tem uma herança cultural considerável, portanto, tem a visão “superficial” da necessidade desse ambiente pedagógico para seus filhos mesmo sabendo que a ascensão social depende desse estudo sistematizado.

Nesse sentido, percebe-se que a instituição escolar é vista como detentora de conhecimentos, diante das famílias, e que ainda há uma grande desigualdade financeira e cultural nas famílias pesquisadas, fazendo com que estas se tornem mais dependentes da instituição escolar.

Nos encontros realizados, na escola campo e com as famílias, percebe-se que o desenvolvimento no rendimento escolar tem dependência com a parceria com os pais, porém este ainda precisa ser melhorado, tendo maior organização pelo setor pedagógico e de forma específica pelos professores.

A presença dos pais na escola, não é considerada boa, está melhorando em comparação a anos anteriores, e esta mudança se dá pela forma de comunicação que o grupo gestor vem trabalhando e informando às famílias sobre a importância de sua participação no desenvolvimento escolar do filho.

Em análise, a história e herança cultural das famílias “maioria”, já é notável à comunidade escolar, mudanças nesse ambiente de ensino, e isso se deve ao comprometimento dos profissionais envolvidos na educação.

Em consonância com a pesquisa realizada no Colégio Estadual onde foi realizada a pesquisa, Ribeiro and Andrade ; Cruz e Zago apresentam pais que revelam valorizar sim, a escolarização dos filhos. Mesmo diante de déficit cultural, não sabendo como proceder de maneira correta, os pais pesquisados revelam essa percepção de essencialidade de conhecimentos acadêmicos para um bom desenvolvimento social.

Diante da difícil situação financeira e baixa escolaridade, pode ser visto uma dificuldade maior entre estas famílias, tanto em condições materiais, quanto em esclarecimento para com seus procedimentos em relação à ajuda com o para casa, em domínio ao filho e sua frequência escolar, sendo o estudo “visto por alguns”, como perda de tempo e regalia.

Em análise entre as diversas classes sociais, podemos perceber de forma geral, que para se ter um aluno com bons rendimentos escolares é preciso que: a valorização aos conhecimentos sistematizados seja percebida, reconhecida e praticada através da convivência assíduo dos pais no ambiente escolar do filho e do desempenho do seu papel de educador.

Claro que a pesquisa não aborda todas as complexidades existentes, que venham a servir de barreira, porém esclarece alguns tópicos que nos ajuda a entender esse processo. Nesse sentido, é perceptível que a questão do não ter uma renda mensal ou diplomas, não é justificativo para desempenhar o seu papel como responsável de uma criança.

E com a execução dos papéis de cada uma das instituições responsáveis podemos ter uma sociedade justa e coerente ao determinado pela nossa Constituição Federal que garante direito igual, entre os cidadãos.

REFERÊNCIAS

- Andrade, Gr. (2011). *Família, escola e a dificuldade de aprendizagem: intervindo sistemicamente*. *Psicol. Esc. Educ. (Impr.)* [online]. 2003, vol.7, n.2, pp. 171-178. ISSN 1413-8557.
- Aranha, A.(1989). *Filosofia da Educação*. São Paulo: Moderna,vas.
- Ariés, P. (2011). *História social da criança e da família*.2ª ed. Rio de Janeiro: LTC.
- Bassedas, (2009). *Intervenção e Diagnóstico Psicológico*. São Paulo, Artmed.
- Becher, R. M. (1984). *Parent Ininvolvement: A review of research and principles of successful practice*. ERIC Clearinghouse on Elementary and Early Childhood Education. Urbana, IL.
- Bolívar, A.; Moreno, J. M. (2006). *Between transaction and transformation: The role of school principals as education leaders in Spain*, en *Journal of Educational Change*
- Bossa, Nadia A. (2007). *A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. RS, Artmed, 2007. BRASIL.
- Braga, M. (2009). *Relação família-escola: práticas educativas utilizadas por pais e professores*. ABRAPEE.
- Brasil. (1996). *Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96*. Brasília.
- Brasil. (2010). *Constituição da República Federativa do Brasil*.Brasília-DF: Senado Federal .
- Brasil/Governo F.(2011). www.planalto.gov.br, Brasília-DF: Senado Federal, acessos em junho.
- Carvalho, B.(2004). (Org). *A Família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: Acesso em: 20 out. 2006. Não paginado.

- Carvalho, M. P. (2004). *Modos de Educação, Gênero e relação escola-família*. Cad. Pesquisa [online]. 2004, 34(121), pp.41-58.ISSN 01001574.
- Colás, Pilar B.; Contreras, José A. R. (2013). *La participación de las familias en los centros de Educación Primaria*.Revista de Investigación Educativa, 31(2), 485-499.
- Cury. (2010). A. *Pais brilhantes professores fascinantes*. DIAS, L. Carmem. Curso de Extensão Família e Escola.Unioeste.
- Dessen, M. A. (1997). *Desenvolvimento familiar: Transição de um sistema triádico para poliádico*. Temas em Psicologia, 3, pp. 51-61.
- Dourado, L.; Oliveira, João F. (2007). *A qualidade da educação: conceitos e definições. Série Documental: Textos para Discussão*. Brasília, DF, v.24, p.5-34, 2007.
- Esteves, J. M.(2004). *A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento*. São Paulo:Moderna,2004.
- Ferreira, G. (2016). *A relação família-escola na legislação educacional brasileira*. Rio de Janeiro RJ: Ensaio: aval. pol. públ. Educ.
- Freire (2008). 22 *Revista Maiêutica, Indaial*, 5(1), pp. 19-25, 2017 ISSN: 2318-6593
- Freitas, L.C. (2012). *Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação*. Educ. Soc., Campinas, 33(119), pp. 379-404.
- Freitas, T. (2016). *A relação família-escola na legislação educacional brasileira*. Rio de Janeiro RJ: Ensaio: aval. pol. públ. Educ.
- Garreta, J. (2007). *Relación familia-escuela*. Universitat de Lleida.
- Gauer, G. J. C.; Machado, D. S. (2009). *Filhos & Vítimas do Tempo da Violência: A família, a criança e o adolescente*. 2ª ed., Curitiba-PR: Juruá.
- Gomes, H. S. (1994). *Educação para a família: Uma proposta de trabalho preventivo*. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, 4 (1), 34-39.

- Heidrich, D. G. (2009). *Direito de aprender Guia do Ensino Fundamental de 9 anos*. Revista Nova Escola/, 225, Abril p.14
- Heinec, J. (2016). *A participação da família no contexto da escola contemporânea*. Lajeado:15.
- Kaloustian, S. M. (1998). *Família Brasileira, a Base de Tudo*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF.
- Kramer, Sonia, Leite, Maria I. (1998). *Infância e produção cultural*. Campinas: Papyrus.
- Kreppner, K. (1992). *Developing in a developing context: Rethinking the family's role for children development*. In L. T. Winegar & J. Valsiner (Orgs.), *Children's development within social context*, pp. 161-179. Hillsdale: Lawrence Elbaum Associates.
- Lévy, P.(1993). *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Lévy, P.(1996). *O que é o virtual*. São Paulo: Editora 34.
- Lévy, P.(1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
- Libâneo, J.C. (). *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez.
- López, F.I. (2008). La participación de los padres en la escuela. Article 46.
- Machado, M. C. G.(2008). *As Brincadeiras da Criança na Proposta de Jardim de Infância de Rui Barbosa*. In: PASCHOAI, Jaqueline Delgado; BATISTA, Cleide Vitor Musini;
- Malavasi, M. S.(2010). Avaliação Institucional de qualidade potencializada pela participação dos vários seguimentos da escola. In: DALBEN, Ângela Imaculada
- Martins, R. B.; Ribeiro, M. M. (2010). *Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente: a realidade velada e desvelada no ambiente escolar*. Curitiba-PR: Juruá.

MEC. (1996). *Ministério da Educação. Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/90*. Brasília. MEC. 2004. Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Ministérios das Comunicações.

Meksenas, P. (1988). *Aprendendo sociologia: a paixão de conhecer*. São Paulo, Loyola.

Miguel, Lúcia O.S. Braga, Eliane R.M.(2013). *A importância da família no processo de aprendizagem visando ao sucesso escolar*.

Moraes, M. C.(1997). *O paradigma educacional emergente*. Campinas: Papirus.
Oliveira, Adão F.;Melo, José C. (2010). (Orgs.). *Educação: Democracia e Gestão Escolar*. Volume I, Brasília: SinproDF/Unitins/PUC-GO.

Oliveira, C. B. E.; Marinho-araújo, ClaisyMaria (2007). *A relação família-escola: intersecções e desafios*. Brasília DF, Universidade de Brasília.

Orozco, G. G. (2002). *Comunicação, educação e novas tecnologias: tríade do século XXI*. Comunicação e Educação. São Paulo, n. 23, p. 57-70.

Osório, L. C.(1996). *A Família Hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Paro, V. H. (1992). *Gestão da escola pública: a participação da comunidade*. Revista de estudos pedagógicos.

Piaget, J.(2000). *Para onde vai a Educação*. Rio de Janeiro: Jose Olympio.

Queiróz, F. M.R; Gonçalves, M. B.(2010). *Fundamentos de Sociologia*. 3ª Ed., Brasília: edição dos autores.

Ribeiro, D. F.; Andrade, A. S. A (2006). *assimetria na relação família e escola pública*. Paidéia, v. 16 (35), p. 385-394.

Romanelli, G. (2005). Autoridade e poder na família. IN: Carvalho, M. Família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/ Cortez,.

Saveli, E. L; Tenreiro, Maria Odete Vieira. (2012). *A educação enquanto direito social: aspectos históricos e constitucionais*. Revista Teoria e Prática da Educação, v. 15, n. 2.p. 51-57.

Simone, Corina e Jadson (2018)relação família e escola no processo de aprendizagem de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental.Brasil: Universidade Federal do Amazonas

Szymanski, H. (2007). A relação família/escola: desafios e perspectivas. Brasília: LíberLivro.

Taubman, P. M. (2009). Teaching by numbers: deconstructing the discourse of standards and accountability in education.New York: Routledge.

Tiba, I. (1996). *Disciplina, limite na medida certa*. São Paulo: Gente.Torres, S. Uma função social da escola. .

Vasconcelos, C. (1994). *Relação Escola-Família: da acusação à interação educativa*. In: AEC, Revista Educativa. Família e Escola: sentido e relações, 93(23), p. **82**.

Vasconcelos, I.(2018). *A relação escola família na promoção do sucesso educativo*: Porto p.27.

Veiga, I. P. A. (org.). *Projeto Político Pedagógico: Uma construção possível*.16ª Ed.

Weil, P.(1997). *A Criança o lar e a escola: Guia prática de relações humanas*.Rio de Janeiro: Civilização.

Zagury, T.(1996). *O Adolescente por Ele mesmo*. Rio de Janeiro: Record.

APÊNDICES

ANEXOS**QUESTIONÁRIO PARA PAIS SOBRE AS RELACÕES DE CONVIVÊNCIA**

Querido pai/mãe:

Este questionário faz parte de um estudo em que pretendemos conhecer sua opinião acerca da participação no colégio para melhor convivência que há nos colégios educativo se nas famílias a fim de poder melhorá-las. Para isso solicitamos sua colaboração, pois sua opinião é muito importante.

Leia atentamente as questões acerca e responda todas as perguntas, não deixe nenhuma sem resposta.

Responda com sinceridade, pois ninguém terá acesso as suas respostas.

Obrigada por sua colabração.

DADOS GERAL

Sexo: Homem Mulher

Nível de estudos: Nenhum Primário Secundário
Ensino Médio Graduação

Agora responda a cada pergunta assinalando com um X seu nível de acordo ou desacordo segundo a seguinte escala:

1. Concordo Muito. 2. De acordo. 3. Indiferente. 4. Em desacordo.